

APADRINHAMENTO CIVIL:

Questões jurídicas fundamentais

Ana Margarida Figueiredo Gonçalves

APADRINHAMENTO CIVIL:

Questões jurídicas fundamentais

Relatório de Estágio realizado na
Carlos Pinto de Abreu e Associados –
Sociedade de Advogados, SP, RL.,
com vista à obtenção do grau de Mestre
em Direito, especialidade em Direito Civil.

Mestranda: Ana Margarida Figueiredo Gonçalves
Orientadora: Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa

*Só é possível ensinar uma criança a amar,
amando-a.*

Johann Goethe

Agradecimentos

Em primeiro lugar, não podia começar sem agradecer à minha irmã Joana por toda a ajuda que me deu na realização do presente trabalho. Por ter já elaborado a sua dissertação soube sempre como me aconselhar e nunca permitiu que baixasse os braços incentivando-me sempre a fazer mais e melhor.

De seguida, também não posso deixar de agradecer à minha família, porque, embora longe, estiveram sempre a par de todo este processo que foi a elaboração do presente trabalho. Sempre acreditaram que seria capaz de o fazer, mesmo quando o tempo escasseava e as coisas não corriam da forma que idealizava.

Às minhas orientadoras dirijo um agradecimento conjunto pelo esforço de ambas em verem os meus problemas resolvidos, respondendo às minhas necessidades e correspondendo às minhas expectativas. À Professora Doutora Maria Margarida Silva Pereira ainda o estímulo para aprofundar o estudo deste tema tão delicado e ainda hoje pouco abordado. À Doutora Inês Carvalho Sá o facto de me ter proporcionado uma experiência de estágio enriquecedora e por me ter demonstrado como lidar com situações que envolvem as crianças e como fazer respeitar o seu superior interesse.

Às demais entidades que colaboraram para o enriquecimento do presente trabalho, nomeadamente a Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar (UAACAF) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - Lisboa Norte e o Instituto da Segurança Social (ISS), I.P.

Não menos importante foi todo o restante apoio prestado pelas pessoas que fazem parte do Escritório de Advogados em que realizei o estágio. Com elas partilhei muito da minha experiência de estágio e não posso deixar de dirigir um agradecimento especial por me terem recebido tão bem e pelo vínculo de amizade que estabelecemos.

Às minhas melhores amigas cuja distância não impossibilitou que me apoiassem para concretizar esta etapa.

RESUMO

O apadrinhamento civil, instituto cujo objetivo é a proteção das crianças e jovens privados de um ambiente familiar, não tem tido a expressão que se esperava aquando da sua entrada em vigor. Passaram sensivelmente nove anos desde que a sua lei foi aprovada e poucos foram os desenvolvimentos verificados em torno deste instituto.

É importante mudar a mentalidade enraizada na sociedade, nomeadamente a crença de que a criança é pertença exclusiva de uma só pessoa, não sendo bem acolhida a atribuição de responsabilidades a outra figura que não os pais da criança.

Na primeira parte deste relatório de estágio abordam-se as atividades desenvolvidas no estágio curricular realizado na Carlos Pinto de Abreu e Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL, onde se pretendia entrar em contacto com o tema do apadrinhamento civil. Dada a expressão modesta desta temática na prática profissional não só deste escritório mas dos escritórios em geral, explanam-se as tarefas elaboradas em diversas áreas do Direito, com maior destaque para a do Direito da Família e dos Menores, por ser aquela que engloba o instituto. Atendendo à ausência de contacto com processos de apadrinhamento civil no local de estágio e para ilustrar a presente expressão deste instituto em Portugal, apresentam-se dados resultantes da colaboração com a Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar (UAACAF) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - Lisboa Norte e o Instituto da Segurança Social (ISS), I.P.

Na segunda parte do presente documento, e com base em bibliografia relevante, pretende-se fazer uma análise das questões jurídicas mais controversas que envolvem este instituto e que, muitas vezes, são apontadas como responsáveis pela sua fraca manifestação. Para o efeito será abordada a noção de apadrinhamento civil e consequente regime legal e proceder-se-á à comparação do instituto português com institutos de outros países (Reino Unido e Brasil) que têm a mesma finalidade de proteção das crianças, independentemente das diferenças existentes entre eles.

«Parar é morrer». Por isso, abrandar a sensibilização para o apadrinhamento civil é deixar que o mesmo acabe por cair no esquecimento de todos. Permitir que isto aconteça é deixar desprotegido um grande grupo de crianças ou jovens, cuja situação

podia ser melhorada combatendo o desconhecimento de uma medida pré-existente para o combate ao problema.

Assim, é preciso que se adote uma posição mais ativa. É preciso que a informação sobre o instituto seja disponibilizada e, conseqüentemente, divulgada para que se sensibilize a sociedade. As iniciativas de consciencialização devem ser capazes de alcançar principalmente os possíveis candidatos a padrinhos, satisfazendo, cumulativamente, quer os interesses destes, quer o superior interesse da criança ou jovem.

Palavras-chave: apadrinhamento civil; *special guardianship*; apadrinhamento afetivo; responsabilidades parentais; superior interesse; crianças; família; advocacia

ABSTRACT

Civil Godfathering, an institution whose purpose is to protect children and teens deprived of a family environment, has not been having the expected expression ever since it saw the light of day. It has been nine years since the law was approved and little developments have been seen around this institution.

It is imperative to change the mentality rooted in the society, namely the belief that the child belongs to one individual, not being accepted the attribution of responsibilities to other figure other than the child's parents.

The first part of this internship report focuses on the activities undertaken at Carlos Pinto de Abreu e Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL, where I was meant to make contact with the Civil Godfathering reality. Given the modest expression of this topic not only in this firm but of most firms in general I will explain the tasks I undertook in different Law areas, with a bigger focus in Minors and Family Law, which is the practice that better represents the reality I wish to study. Given the lack of contact with Civil Godfathering lawsuits in the firm I was doing my internship and because I wish to demonstrate the present expression of this institution in Portugal I will be presenting data that results from working with Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar (UAACAF) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) and with Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) – Lisboa Norte and Instituto de Segurança Social (ISS), I.P.

The second part of the present document, and based on relevant bibliography, focuses on analysing some of the most controversial juridical points which involve this institution and that sometimes are singled out as being responsible for its low manifestation. For this we shall understand the meaning of Civil Godfathering and subsequent legal regimen and then proceed to comparing the Portuguese institution with the institution of other countries (United Kingdom and Brazil) which have the same finality in protecting children, regardless of the differences between these.

“To stop is to die.” Hence, to slow down the awareness for the Civil Godfathering institution is to let it fall into oblivion. To allow for this to happen is to leave a big number

of children and teens unprotected whose situation could be bettered by fighting the lack of knowledge on pre-existent measurements for tackling the problem.

Thus a more attractive position is needed. Information on this institute needs to be made available and consequently released so society can be made aware. Awareness initiatives should mostly target the possible Godfather candidates and to satisfy both the Godfather's and the children's interests.

Keywords: civil godfathering; special guardianship; affective godfathering; parental responsibilities; superior interest; children; family; advocacy

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Al./als. – alínea/alíneas

Art./arts. – artigo/artigos

CC – Código Civil

CPC – Código do Processo Civil

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

ed. - edição

etc. - outras coisas mais

ex. - exemplo

ISS – Instituto da Segurança Social

LAC – Lei do Apadrinhamento Civil (Lei n.º 103/2009, de 22 de setembro)

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

n.º/n.ºs – número/números

OTM – Organização Tutelar de Menores

p./pp- - página/páginas

p. ex. – por exemplo

RGPTC - Regime Geral do Processo Tutelar Cível

s. – seguintes

SCML – Santa Casa Misericórdia de Lisboa

UAACAF - Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar

vol. - volume

ÍNDICE GERAL

Resumo	1
Abstract.....	3
Lista de Abreviaturas e Siglas	5
Índice Geral.....	6
Índice de Tabelas	8
Enquadramento.....	1
Capítulo I – Estágio Curricular	3
1. Contexto, Motivações e expectativas	3
2. Atividades desenvolvidas	5
3. Reflexão: o Apadrinhamento Civil no estágio	7
4. Casos Reais	15
Capítulo II – Apadrinhamento Civil.....	19
1. Introdução	20
2. Apadrinhamento civil	25
2.1 Contexto do instituto	25
2.2 Noção	28
2.3 Regime Legal	29
3. Apoio institucional.....	51
4. Alargamento e Modificação	52
5. Efeitos	54
5.1 Responsabilidades Parentais.....	54
5.2 Alimentos	59
5.3 Direitos	60

5.4 Impedimento matrimonial	64
6. Motivos de insucesso	66
7. Direito comparado.....	68
8. Natureza Jurídica	68
8.1 Special Guardianship	70
8.2 Apadrinhamento Afetivo.....	74
8.3 Discussão	78
Conclusão.....	80
Referências Bibliográficas.....	86

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Número de crianças e jovens em acolhimento.	22
Tabela 2 – Número de crianças e jovens em situação de acolhimento cujo projeto de vida é o apadrinhamento civil.	22

ENQUADRAMENTO

O presente documento foi produzido no âmbito do 2.º ano do Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica, na especialidade de Direito Civil, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Constitui o Trabalho Final deste curso de especialização, sendo objeto de defesa para a obtenção do grau de mestre. Mais precisamente, este trabalho consiste num Relatório de Estágio devido à opção da estudante pela frequência de um estágio curricular numa das entidades abrangidas pelos Protocolos institucionais celebrados pela Faculdade, nomeadamente a Carlos Pinto de Abreu e Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL.

A elaboração do Relatório de Estágio é coorientada por dois orientadores: um Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, neste caso a Professora Doutora Maria Margarida Silva Pereira, e um da entidade onde o estágio é realizado, neste caso a Advogada Inês Carvalho Sá.

Para detalhar a experiência prática de estágio e o tratamento científico da temática relacionada dividiu-se o Relatório de Estágio em vários capítulos intitulados: Estágio Curricular, Apadrinhamento Civil e Conclusão.

No primeiro capítulo é descrita a experiência de estágio curricular desenvolvido numa sociedade de advogados, em Lisboa. Para além de serem manifestadas as motivações e consequentes expectativas são detalhadas as atividades realizadas no âmbito do estágio e sua conexão com o tema científico a desenvolver no presente trabalho. Por fim, apresentar-se-ão dois casos cuja consulta foi possível na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - Lisboa Norte, oportunidade proporcionada pela Advogada Inês Carvalho Sá - enquanto antiga jurista daquela - e pelos esforços desenvolvidos por aquela CPCJ e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, conjuntamente com a Professora Doutora Maria Margarida Silva Pereira. Mas não só. Resumir-se-á um conjunto de casos resultantes da iniciativa para aumentar o contacto com a realidade deste instituto, em articulação com a Diretora da Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar (UAACAF) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Maria Isabel Pastor.

Já o segundo capítulo trata a temática do apadrinhamento civil de um ponto de vista científico, realçando as questões jurídicas mais discutidas pela doutrina.

Na conclusão será feita uma análise geral do desenrolar do presente trabalho e registrar-se-ão as principais considerações a reter e que se pretendem ver reforçadas enquanto razões que despoletaram o interesse pessoal pelo estudo do instituto apadrinhamento civil.

Por fim, o trabalho termina com a informação sobre as referências bibliográficas utilizadas para a sua concretização.

CAPÍTULO I – ESTÁGIO CURRICULAR

Este capítulo tem por base a descrição do estágio curricular desenvolvido na sociedade de advogados eleita pela estagiária. Nas páginas seguintes é possível compreender o percurso de estágio, desde as motivações e expectativas às atividades desenvolvidas no mesmo. Por fim, procede-se à conexão entre o tema do presente trabalho – o Apadrinhamento Civil – e o estágio a descrever.

1. Contexto, Motivações e expectativas

Como já foi referido foi selecionada a opção de realizar um estágio curricular. Essa decisão foi tomada com base em motivações pessoais aliadas ao desejo de concretização de três objetivos.

Em primeiro lugar, a frequência do estágio e a elaboração/defesa do presente documento permite a obtenção do grau de mestre, finalidade última deste novo ciclo de estudos. A importância não reside no título conferido, mas sim em tudo o que ele representa: o aprofundamento de conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura num plano mais especializado, a maior capacitação para resolver problemas de futuros clientes, a capacidade de investimento pessoal nestes processos e o crescimento profissional e académico. Tal aprofundamento não poderia deixar de ser no ramo mais aprazível do ponto de vista pessoal: o Direito da Família e dos Menores. Continua a ser necessária uma política ativa de intervenção nesta área, que promova o respeito e proteção dos interesses das crianças enquanto seres sensíveis e incapazes que são.

Em segundo lugar, a realização do estágio surgiu como a escolha mais aliciante para experienciar a vida prática em que o Direito se desenvolve, nomeadamente na área da advocacia. Isto deve-se à forte componente prática que é inerente ao estágio e por isso a possibilidade de estagiar numa Sociedade de Advogados surgiu como uma oportunidade a usufruir por permitir conhecer o que até então era desconhecido: as atividades desenvolvidas por um profissional da área do Direito, nomeadamente na área da advocacia. Assim, a frequência deste estágio tornou possível uma melhor aprendizagem para a prática futura. A entrada no mundo profissional do Direito permitiu alargar horizontes e desenvolver capacidades (inter)pessoais, bem como

reforçar os conhecimentos até então adquiridos através da aplicação prática dos mesmos.

Em terceiro lugar, a opção por esta via profissionalizante constitui uma das formas para atingir o elemento inovação, enquanto motor para a diferenciação e valorização. Importa referir que a possibilidade de estágio no 2.º ciclo de estudos em Direito é inovadora no panorama académico nacional e são ainda poucos os estudantes que optam pela mesma, em comparação com os estudantes que optam pela via de investigação científica. Assim, representa um esforço adicional e inovador para a apresentação de um tema ao aproximar a atividade científica da prática profissional. Neste sentido apresentou-se uma candidatura com vista à colaboração com uma entidade com protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para efetuar um estágio curricular, mais especificamente a Carlos Pinto de Abreu e Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL. O estágio foi aprovado e teve a duração de quatro meses, com início em janeiro de 2019 e término em maio de 2019.

A escolha por esta sociedade foi motivada principalmente pelo facto de a mesma ter como áreas de atividade os ramos de direito que mais despertam o interesse pessoal, ou seja, o Direito da Família e dos Menores. A este nível existiam várias inquietações, tais como o interesse em saber de que forma são formulados os problemas relacionados com as crianças e de que modo são resolvidos, tendo sempre em conta o superior interesse da criança. Mas não só.

Embora um estágio numa Sociedade de Advogados parecesse atrativo para eventualmente prosseguir futuro nesta área, era importante saber como é que o instituto do apadrinhamento civil é tratado pelos praticantes de Direito da Família e dos Menores. A abordagem a este instituto deve-se à escolha do mesmo como tema a desenvolver cientificamente ao longo do presente trabalho e recai sobre motivações apresentadas mais à frente. Do ponto de vista pessoal é possível avançar que os advogados, enquanto aplicadores do Direito e promotores dos interesses das pessoas, poderiam ter um papel ativo na divulgação e promoção do instituto. E, apesar de o apadrinhamento civil já existir no ordenamento português há alguns anos, continua a ser desconhecido da população em geral.

Os quatro meses de estágio foram benéficos para o crescimento pessoal enquanto estudante de Direito por ter desenvolvido competências até então menos

estimuladas. Faz-se referência a competências transversais como a responsabilidade pelo rigor das tarefas, a necessidade de saber gerir o tempo, o desenvolvimento do trabalho individual e em equipa ou o comportamento a ter perante situações delicadas, o que permitiu o crescimento quer a nível pessoal, quer a nível profissional.

O contacto com a realidade, observar na prática, é muito diferente e mais impactante do que aprendendo a ouvir somente a explicação dos mesmos conteúdos. De tal forma que se considera ter sido uma experiência que superou as expectativas e é recordada como muito positiva e enriquecedora.

2. Atividades desenvolvidas

O estágio curricular permitiu o contacto com várias áreas do Direito, nomeadamente com o Direito da Família e dos Menores, o Direito Civil, o Direito do Trabalho, o Direito Societário e o Direito Penal. Em cada uma destas áreas foi tida a oportunidade de analisar o trabalho realizado pelas entidades por elas responsáveis e sua cooperação, assim como os trâmites a seguir para que os processos se desenrolem.

Surgiu, inclusive, a possibilidade de colaborar em alguns processos através da elaboração de documentos, sempre supervisionada pela entidade competente, ou através do aprofundamento de pesquisa de informação (doutrinal e jurisprudencial) que pudesse ser adicional e passível de aplicar ao caso em concreto.

Por vezes, a colaboração no estágio também passava pelo contacto com outros serviços, externos à Sociedade de Advogados mas com ela relacionados no âmbito dos processos, de natureza pública e de natureza privada. Relativamente a estes aspetos foi muito enriquecedor, primeiramente, trabalhar com os advogados da Sociedade e com os restantes colaboradores que dela fazem parte. Assim como o contacto estabelecido com diversos serviços, quer públicos (o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, os Registos Centrais, o Registo Nacional de Pessoas Coletivas, etc.), quer privados (p. ex., os Notários). Foi importante observar os moldes em que estas pessoas se relacionam e como conseguem coordenar o seu modo de trabalho para que a decisão de resolução de um determinado caso seja a melhor possível.

Em segundo lugar, também foi muito importante verificar como é que os processos se desenrolam e os passos que têm de seguir até ao seu termo.

Outras atividades elaboradas na Sociedade para auxiliar a tarefa de resolução de processos foram a realização de transcrições, nomeadamente das partes envolvidas naqueles. Assim como a consulta de processos no Campus de Justiça de Lisboa, e entrega de peças processuais para juntar a processos que estavam a decorrer.

Por vezes também foi pedida a realização de pesquisa sobre determinado tema, inclusive na área do Direito da Família e dos Menores, para redação de artigos que servem de suporte informático no *site* da Sociedade.

De entre as atividades realizadas na Sociedade também existiu a oportunidade de visitar o Estabelecimento Prisional de Lisboa, o que permitiu conhecer não só o seu interior e ambiente, mas também o modo como se deve proceder nestes momentos e perante estas situações. Houve oportunidade de conhecer, inclusivamente, um recluso que aguardava a leitura do acórdão de julgamento.

Para além de ter assistido à leitura do acórdão de julgamento, noutros casos houve possibilidade de assistir a julgamentos decorrentes de outros processos.

No âmbito do Direito da Família e dos Menores, que é o foco deste Relatório de Estágio, para além dos artigos realizados sobre esta temática para o *site*, acompanharam-se alguns processos e houve inclusivamente a possibilidade de assistir a algumas reuniões com clientes.

Para esses e para outros processos redigiram-se documentos importantes. Do contacto tido com alguns casos nesta área, nomeadamente casos em que teve lugar a rutura de casamento, por divórcio, elaboraram-se documentos relativos à determinação da relação de bens das partes, ao destino da casa de morada de família, ao requerimento a apresentar ao conservador exigido nestas situações e, mais importante, à regulação das responsabilidades parentais das crianças. No título seguinte far-se-á referência a este último documento em que são reguladas as responsabilidades parentais da criança, nomeadamente a sua guarda, o regime de visitas e a pensão de alimentos, e, ainda, outros aspetos considerados relevantes para a vida daquela.

É de ressaltar o forte contributo que uma experiência prática representa para o crescimento de um estudante. Ainda assim não se pode deixar de enaltecer a experiência tida ao nível de todas as áreas com as quais houve aproximação, mas mais com a área de Direito da Família e de Direito dos Menores. Aprendeu-se que para além de todo o conteúdo teórico com que até então existia contacto, coexiste uma vivência

prática mais gratificante e enriquecedora, com a possibilidade de fazer a diferença na vida de uma pessoa, neste caso, da criança e sua família.

3. Reflexão: o Apadrinhamento Civil no estágio

O Direito das Crianças é hoje um direito autónomo ainda que não possa ser dissociado do Direito da Família (Pereira, 2018).

A construção do Direito das Crianças confere-lhes uma proteção especial pois, tal como os adultos, também elas têm sentimentos e necessidades, necessitando de apoio e proteção daqueles para se desenvolverem (Pinheiro, 2018).

A autonomização do Direito das crianças contribui para especificar os problemas a elas atinentes e, conseqüentemente, permite aumentar a qualidade da tomada de decisão dos processos que lhe dizem respeito. Desta forma, o reconhecimento de um direito autónomo promotor dos interesses das crianças enfatiza o valor destas na Sociedade enquanto sujeitos de direitos, produzindo avanços no que toca ao reconhecimento da sua dignidade (Sottomayor, 2014).

Um dos direitos conferidos às crianças, e que aqui se pretende ver densificado, é o direito de viver e crescer no seio de um ambiente familiar, onde sejam amadas e protegidas e onde vejam satisfeitas as necessidades próprias das etapas do seu crescimento.

Todavia, o Direito das Crianças não se pode dissociar do Direito da Família porque são os adultos, nomeadamente os pais, que têm o dever de cuidar dos seus filhos e de zelar pelo seu crescimento. É precisamente ao Direito da Família que cabe regular as relações familiares entre pais e filhos.

Se é verdade que o seio familiar é eleito como o meio preferencial para a criança crescer de forma harmoniosa e saudável, também é verdade que muitas vezes é no seio deste ambiente que os direitos das crianças são postos em causa, comprometendo assim o seu desenvolvimento.

Nestas situações, tanto a Sociedade como o Estado têm a obrigação de intervir na defesa dos direitos das crianças violados pelos seus pais. A atuação supletiva, quer da Sociedade, quer do Estado, à atuação dos pais é sempre exigida em nome do superior interesse da criança, pois há valores fundamentais que o Estado não se pode eximir de proteger (Lança, 2018).

A criança com menos de 18 anos de idade, enquanto pessoa dependente de uma figura parental exige maior proteção e cuidado quando comparada ao adulto, pessoa autónoma e independente. A criança necessita de cuidados específicos resultantes das características próprias do seu desenvolvimento físico, psicológico, moral, social e emocional. E, por isso, é importante a criação de um Direito específico das Crianças que permita uma visão holística das mesmas e atenuar a desigualdade existente entre elas e o adulto. É importante dar às crianças a oportunidade de se prepararem para a vida real em termos de igualdade.

E é sobre as crianças privadas de um meio familiar que incide a preocupação pessoal – a razão pela qual decidi desenvolver-se este tema em específico -, por saber que se está perante seres em desigualdade quando comparados com outras crianças que vivem no conforto dos seus lares rodeadas de amor e carinho, ingredientes essenciais para um crescimento equilibrado. E é de certa inquietante saber que existe no ordenamento português um instituto que pode obviar a algumas destas situações e que não é valorizado.

O instituto do Apadrinhamento Civil tem potencialidades para colmatar a ausência de uma entidade paternal na vida destas crianças e não lhe tem sido dado o devido valor, o que se reflete na fraca expressão que tem tido em Portugal.

Com este trabalho pretende-se contribuir para a proteção destas crianças que se encontram fragilizadas e em desenvolvimento através da promoção e divulgação (através deste trabalho) do Apadrinhamento Civil enquanto um dos institutos possíveis de aplicar de entre os existentes no ordenamento português para colmatar a carência familiar. Institutos como este devem ser acarinhados pela sociedade e devem ser publicitados pelas entidades de direito e pelas entidades a quem a lei atribui competências neste campo.

O que acontece muitas vezes é que estas crianças são encaminhadas para instituições ou são-lhes aplicadas outras medidas de acolhimento, podendo dar-se o caso de não serem equacionadas outras opções. E tal não significa que as entidades responsáveis por estas instituições não zelem pelas crianças da melhor maneira tendo em conta os meios e ferramentas que possuem. Todavia, o conforto de um lar não é comparável ao de uma institucionalização. A existência de uma entidade parental exclusiva para a criança (e fratria, se a houver) não se compara à existência de uma

entidade que partilha a sua atenção com outras crianças. E, muitas vezes, a solução passa pela institucionalização por naquele momento parecer ser a única medida possível, hipoteticamente por desconhecimento ou desacreditação em outras medidas.

De todo o trabalho até então elaborado, da experiência do estágio e das conversas paralelas com as mais variadas entidades competentes e até com pessoas leigas nesta matéria não se pode deixar de concordar com alguns autores quando afirmam que uma das razões essenciais para a fraca expressão do Apadrinhamento Civil no ordenamento português é o seu desconhecimento. O desconhecimento é não só da população em geral, mas também das entidades responsáveis pela sua aplicação e pela aplicação do Direito.

Mantém-se imperiosa a procura de mais e melhores medidas para promover a proteção das crianças afastadas do seu ambiente familiar. Mas depois de criadas também é preciso que elas sejam divulgadas e, se necessário, melhoradas em prol do superior interesse da criança. No caso do apadrinhamento civil esta responsabilidade de divulgação e atualização aparenta ter caído no esquecimento, o que parece desconsiderar a intenção da sua criação. Por isso, o objetivo fundamental do presente trabalho consiste na divulgação e promoção deste instituto, anotando eventuais alterações que poderiam ser benéficas.

Voltando o foco para este instituto, é de realçar que nesta relação afetiva a criança terá a possibilidade de manter o contacto com a sua família biológica se estiverem reunidas as condições para tal. O apadrinhamento civil, se verificados os requisitos da sua aplicação, deve ser uma das opções a instituir quando a criança mantenha laços fortes com a sua família de origem, independentemente de esta não ter possibilidades de prover ao seu sustento. Assim, dá-se primazia à necessidade de responder à carência da criança, ao mesmo tempo que se privilegia o contacto com a família biológica. Deve dar-se sempre primazia às soluções que permitam o contacto da criança com a família biológica, salvo se o superior interesse da criança for posto em causa.

O superior interesse da criança é o fator primordial de ponderação na tomada de qualquer decisão relativa às crianças, abrangendo “o direito da criança ao desenvolvimento são e normal no plano físico, intelectual, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Ramião, 2018, p.23). O seu conteúdo deve ser

determinado à luz de cada caso em concreto porque cada criança é um ser diferente cujos interesses variam consoante as especificidades de cada uma.

O superior interesse da criança só será respeitado quando esteja salvaguardado o exercício efetivo dos seus direitos, dando-se preferência à solução que melhor garante o exercício dos seus direitos.

É desolador saber que nem todas as crianças têm a possibilidade de crescer num ambiente familiar rodeadas de afeto. Torna-se então importante lutar pela igualdade da atribuição deste direito a todas as crianças para que possam construir um futuro melhor em condições de igualdade com os seus pares.

O presente estágio permitiu retirar algumas conclusões pouco animadoras em relação à aplicação e divulgação deste instituto, embora passíveis de ser ultrapassadas. Por um lado, permitiu conhecer a dura realidade e o quão delicadas são as situações relacionadas com as crianças. Não só por se estar perante seres mais frágeis, mas também por serem situações em que há necessariamente uma intromissão na vida privada dos intervenientes. Para evitar danos maiores devem ser tomadas as devidas precauções e ter sempre em conta o superior interesse da criança.

Com o estágio não se pretendeu apenas experienciar o direito em contexto real mas também perceber se os advogados têm ou tiveram algum tipo de contacto com o instituto. Enfim, era relevante analisar concretamente de que forma é abordado o instituto do Apadrinhamento Civil neste meio.

Porém, como já antecipado, a realidade foi desmotivante, pois não existiu qualquer tipo de contacto com o instituto no decorrer do estágio. Neste seguimento, não houve a oportunidade de o considerar ou aplicar nos casos acompanhados em Direito da Família e dos Menores e facilmente se percebeu que atualmente os advogados raramente têm contacto com o instituto, principalmente quando não cooperam diretamente com instituições de acolhimento.

A Lei do Apadrinhamento Civil (LAC), Lei n.º 103/2009, 11 de setembro, faz referência ao papel do advogado apenas uma vez: quando no n.º2 do art. 10.º determina a designação de um patrono nos casos em que se atribui legitimidade às crianças (maiores de 12 anos) para tomar a iniciativa de constituição do vínculo de apadrinhamento. Em mais nenhuma parte da Lei se verifica qualquer tipo de referência

ao papel dos advogados, enquanto defensores dos direitos das crianças, ou até mesmo dos próprios interesses dos padrinhos ou dos pais biológicos.

É de lamentar que, sendo os advogados parte das figuras impulsionadoras da proteção dos direitos das crianças (e não só), não tenham um papel importante na aplicação e divulgação do instituto.

Porque não atribuir legitimidade aos advogados para iniciar um processo de apadrinhamento, junto das entidades competentes, e em defesa da parte que representam?

A cooperação dos advogados nesta matéria poder-se-ia revelar fundamental para a prestação do apoio necessário e adequado a cada família. Nem que seja como forma de aconselhar o apadrinhamento civil para os casos que caibam no seu âmbito. Não é descabida a ideia de os advogados poderem ter conhecimento de situações em que se torne essencial a atribuição de legitimidade para iniciarem um processo de constituição do vínculo de apadrinhamento. Tal pode acontecer, por exemplo, em três situações: a chegada de um pedido de ajuda por parte de um cliente, a colaboração com instituições competentes pelo apadrinhamento civil e o conhecimento de situações que ponham em risco uma criança. Nestes casos revelar-se-ia benéfico para a criança a atribuição de legitimidade ao advogado, pois este passaria a ter a possibilidade de sinalizar o caso para apadrinhamento civil e, consequentemente, serem ativados mecanismos de avaliação do projeto de vida a aplicar.

E se não restarem dúvidas da aplicação do instituto a estes casos em concreto não se vê razão contra uma intervenção mais ativa dos advogados nestes processos.

Toda esta atuação, para além de representar uma proteção dos eventuais interessados na constituição desta medida, deve ser vista essencialmente como uma forma de proteção do bem-estar da criança, que tem o direito a crescer num ambiente familiar estável, rodeada de amor e carinho.

No decorrer do estágio, aquando do contacto com diferentes entidades, foi notória a existência de vários pontos de vista sobre o tipo de participação dos advogados nos processos de apadrinhamento civil. Quando questionada sobre a possibilidade de os advogados terem um papel na promoção/divulgação do instituto, a Advogada Inês Carvalho Sá entende não ser isso relevante, atribuindo maior importância ao papel

desempenhado pelas Comissões de Proteção das Crianças e Jovens e pelos departamentos de adoção, quer do ISS., quer da SCML.

Teresa Mafalda Coelho, Chefe de Setor para a Adoção e Apadrinhamento Civil do ISS, adotou outro ponto de vista quando questionada pela estagiária, afirmando que “os Advogados poderão ter um papel importante no aconselhamento dos seus Clientes, especialmente considerando a vertente de prevenção que o Apadrinhamento Civil pode ter – prevenção de situações de risco, ou mesmo de perigo. Esta atitude preventiva vai ao encontro da legislação em vigor, nomeadamente dos Princípios da intervenção mínima, da responsabilidade parental, e da prevalência da família”. Quanto à atribuição de legitimidade aos advogados para a constituição do apadrinhamento civil refere que “o poderão fazer apenas enquanto mandatários dos pais ou de alguma das pessoas constantes do art. 10.º do regime Jurídico do Apadrinhamento Civil (aprovado pela Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro)”.

Com o estágio também se presenciaram as dificuldades que um acordo relativo à regulação do exercício das responsabilidades parentais pode implicar. A conjugação dos interesses das partes envolvidas, neste caso os pais e o(s) filho(s), é muitas vezes difícil de alcançar. A estipulação dos interesses de um dos pais implica normalmente a desconsideração dos interesses do outro pai, o que pode originar um conflito entre ambos que em consequência afetará negativamente o filho. No entanto, a estipulação desses interesses tem de respeitar sempre o superior interesse da criança.

Tal observação permitiu o confronto com uma das características do apadrinhamento civil: a cooperação que se espera existir entre os pais biológicos da criança e os padrinhos. Esta cooperação é exigida, não só, mas essencialmente, no exercício em conjunto da tomada de decisões importantes atinentes à criança.

Se no contexto de uma realidade conjugal a cooperação entre os próprios pais se revela difícil de alcançar então mais difícil parece a cooperação entre pais e padrinhos, porque os pais da criança podem percecionam a participação dos padrinhos como uma “intromissão”, assim como o inverso. Mais. É de prever que a situação seja mais desafiante quando os padrinhos selecionados sejam desconhecidos dos pais da criança. Pode ser recorrente a tentação de os progenitores interferirem nas decisões a tomar pelos padrinhos por discordarem deles ou por terem ideais diferentes dos deles. É natural que os pais desejem educar os seus filhos de acordo com as suas crenças e

cultura familiar ou incitar os próprios padrinhos a educar as crianças de acordo com as suas crenças. No caso dos padrinhos pode ser exigente persistir numa colaboração perante estas circunstâncias. Em adição, os padrinhos podem ter também dificuldade em se identificar com o estilo ou ideais parentais dos progenitores mesmo que sejam positivos para a criança. Isto pode criar resistência na colaboração por não existir um passado comum de reciprocidade e partilha na relação.

Se já existem problemas na conciliação das responsabilidades entre duas pessoas que já foram casadas ou que já tiveram um passado em conjunto sem oficialização de matrimónio ou união de facto, equaciona-se a possibilidade de virem a existir mais problemas no apadrinhamento por haver mais interesses em confronto.

Este ambiente poderá pôr em causa a estabilidade da criança que se verá dividida entre a relação afetiva e a relação biológica, e que será exposta a práticas distintas e ambientes em colisão. E se esta instabilidade puser em causa o bem-estar da criança não resta outra hipótese se não a quebra de uma destas relações porque se revelaram inconciliáveis.

A ideia de uma postura passiva dos pais perante o exercício das responsabilidades parentais por outro sujeito é ainda uma ideia com que a Sociedade portuguesa não se identificou por completo. Tal não será exceção neste instituto cujo êxito da relação afetiva depende, sempre que possível, da cooperação entre pais e padrinhos nas questões mais importantes relacionadas com a criança ou jovem.

A Advogada Inês Carvalho Sá partilha do mesmo entendimento frisando em entrevista à estagiária que o apadrinhamento civil “não é um instituto que se adapte à vontade e características dos portugueses. São questões culturais e sociais que determinam a forma como pretendem exercer a paternidade”.

E é nestas situações que os advogados também podem ter um papel importante enquanto conciliadores dos conflitos em causa e defensores dos interesses das crianças.

A LAC, nos arts. 19.º, n.º 9, e 25.º, n.º6, determina a possibilidade de intervenção dos serviços públicos ou privados de mediação em qualquer estado da causa para eventual resolução de conflito.

Porque não atribuir também legitimidade aos advogados para intervir na resolução destas situações? Os advogados, nomeadamente aqueles que são especializados na área do Direito da Família e dos Menores, estão devidamente

apetrechados para lidar com estas situações, para além de que saberão distanciar-se das mesmas. Consequentemente, saberão determinar a melhor solução para acautelar o superior interesse da criança, assim como também estarão habilitados para fazer valer os interesses dos padrinhos ou dos pais biológicos.

Os advogados poderiam ter um papel importante no processo de apadrinhamento, quer como forma de prevenção, quer como forma de resolução de eventuais conflitos que possam vir a existir. Isto permitirá promover, também, a defesa dos interesses dos padrinhos ou dos pais, mas essencialmente a defesa das crianças. Para exemplificar, os interesses dos pais biológicos podem querer ver-se protegidos quando não estejam de acordo com a constituição do apadrinhamento civil, nos casos em que haja lugar à dispensa do seu consentimento ou mesmo nos casos em que consideram que deve haver lugar à revogação do instituto. Os interesses dos padrinhos podem querer ver-se protegidos quando considerem que os pais biológicos estão a intrometer-se no exercício das responsabilidades parentais ou quando estejam a violar o acordo por eles celebrado, bem como os direitos que lhes foram atribuídos.

Para além de que a atribuição aos advogados de um papel mais ativo beneficiaria também as outras entidades sobrecarregadas com os vários processos atinentes às crianças, como qualquer CPCJ e o ISS.

Por fim, e no seguimento desta análise, comprovou-se, infelizmente, o estudado na teoria relativamente ao apadrinhamento civil, nomeadamente a falta de contacto dos advogados com este instituto, a fraca divulgação junto desta classe e o desconhecimento generalizado do mesmo.

Tal situação devia ser repensada no sentido de atribuir um papel proativo aos advogados nestes processos enquanto sujeitos protetores dos direitos e interesses das crianças. Para reverter este cenário é preciso que sejam adotadas soluções que colmatem estas fragilidades. Do ponto de vista pessoal sugere-se a promoção de sessões de informação para sensibilizar e desmistificar o apadrinhamento civil, por se revelar importante que os advogados conheçam as potencialidades do mesmo e estudem os casos cabíveis no âmbito do instituto. Em adição, sugere-se uma revisão da participação dos advogados no apadrinhamento civil, mais especificamente quanto à iniciação de processos e sinalização de casos e a prevenção e resolução de conflitos entre as partes.

O importante é fazer a diferença na vida destas crianças, ainda que não seja da forma por elas idealizada, ou seja, a viver com a sua família biológica. No entanto, com este instituto pode ser mantido o contacto com aquela, desde que não seja colocado em causa o seu superior interesse.

4. Casos Reais

Como *supra* se antecipou, foi possível a consulta de dois casos na CPCJ - Lisboa Norte e foram ainda resumidas três situações, pela Diretora da UAACAF da SCML, em que o apadrinhamento civil surgiu como projeto de vida a aplicar, ou em vias de ser aplicado, às crianças no caso em concreto.

O contacto com esta realidade revelou-se fundamental para que fossem avaliados os termos em que uma decisão de apadrinhamento civil pode ser determinada. O contacto com os processos permitiu escrutinar toda a sua envolvência e passos até que a decisão seja efetivamente constituída ou pelo menos deliberada.

E não só. O contacto com as entidades da CPCJ-Lisboa Norte e da SCML comprovou as características inovadoras e desconhecidas que o instituto representa. O apadrinhamento civil quando comparado com as restantes medidas existentes em Portugal é considerado um instituto ainda muito recente e, por isso, ainda confessam estar a explorar o desconhecido.

Em primeiro lugar, importa reter que para que a CPCJ intervenha num determinado caso em concreto é sempre necessário que seja dada autorização por escrito dos pais e que não haja oposição da criança ou jovem com mais de 12 anos. Os processos são sigilosos e confidenciais com o intuito de preservar a vida de cada criança ou jovem e das suas famílias.

A declaração de consentimento assinada pelos pais e respetivas entidades competentes refere o direito de as partes se fazerem acompanhar de advogados quando assim o desejem. Ou seja, ressalva-se aqui a intervenção dos advogados enquanto atuação fundamental para defender os interesses das partes.

Em segundo lugar, dos dois casos consultados na CPCJ-Lisboa Norte: o primeiro (a relatar *infra*) já tinha sido efetivamente constituído e, por isso, já tinha sido decretada a medida de apadrinhamento civil, o segundo (a relatar *infra*) encontrava-se ainda em deliberação.

No primeiro caso, a criança em causa foi sinalizada pelo Serviço Social da Maternidade. A mãe tinha 18 anos de idade e estava desempregada, tendo abandonado o ensino já há alguns anos. Integra um agregado familiar multiproblemático e multiassistido e já esteve institucionalizada em várias instituições. O pai da criança era 21 anos mais velho que a mãe. Ambos diziam viver em casa dos avós maternos. No entanto, veio a descobrir-se que ambos estavam a mentir e que o casal nunca coabitou na casa daqueles avós e, inclusive, o pai da criança era casado e vivia com a sua mulher e outros filhos que tinha desta.

Confrontados com a falsidade das informações prestadas, e por admiração da mãe, o pai da criança admite que não irá viver com aquela mas que irá diligenciar as condições necessárias para ela e para a criança.

Atendendo à fragilidade da situação foi aplicada uma medida provisória de apoio junto dos pais na pessoa da mãe. A mãe e o filho foram viver para casa dos avós paternos.

Uns dias mais tarde a mãe biológica vem solicitar acolhimento para ela e para a criança, justificando-se com a difícil adaptação às regras e dinâmica da família do agregado paterno, bem como as sistemáticas pressões psicológicas por parte da sua mãe e por reacear pela sua integridade física e a do seu filho, uma vez que foi coagida pela sua mãe a pedir dinheiro emprestado e agora a sua mãe vem a desresponsabilizar-se desta dívida.

Face a esta situação, foi deliberada substituição da medida anteriormente aplicada pela mesma medida em ambiente protegido. No entanto, uns dias depois a mãe da criança solicitou a sua saída daquele ambiente. E ainda que demovida a ficar manteve a sua determinação: acabou por sair da instituição, mas acordou que o seu filho lá permaneceria até que fosse encontrada alternativa para o seu projeto de vida. Tanto que do pouco tempo de permanência na instituição reconheceu-se logo uma relação meramente funcional e desprovida de afetos entre a mãe e a criança.

De imediato foram diligenciadas medidas no sentido de procurar alternativas familiares para a criança, sendo que uma tia paterna se disponibilizou a assumir os cuidados do sobrinho. Assim, deliberou-se pela aplicação de medida de apoio junto de outro familiar na pessoa da tia. A mãe e o pai da criança mostram-se agradados com a ideia e acrescentam apenas que gostariam de manter algumas visitas ao filho.

Numa entrevista realizada à tia materna a fim de efetuar revisão da medida de promoção e proteção, aquela reitera a sua vontade de continuar a assumir os cuidados ao sobrinho, referindo que gostaria de ter um vínculo jurídico mais forte como a adoção. Os pais biológicos concordam que a criança fique ao encargo da tia paterna.

De harmonia com o explanado considerou-se que o apadrinhamento civil seria a solução que melhor protegeria a criança.

No segundo caso estava-se perante dois irmãos menores – Manuel e Maria¹ - que eram de diferentes pais. O Manuel é o irmão mais velho, tanto que à data da sua sinalização, a Maria ainda não tinha nascido.

O Manuel foi sinalizado pela professora titular da escola onde andava e a Maria foi sinalizada aquando do seu nascimento pelo Serviço Social da Maternidade. A professora titular alegava que o Manuel era pouco assíduo nas aulas e, inclusivamente, revelava dificuldades a nível educativo e de concentração.

A mãe alegava que não conseguia deslocar-se à escola porque estava grávida (de Maria) e sentia-se cansada, não tendo ninguém que levasse o Manuel à escola. Mais acrescentava que quando fosse hospitalizada (em virtude da gravidez) não tinha ninguém com quem deixar o Manuel e que o filho necessitava de outro tipo de ensino porque não estava a evoluir, mas sim a regredir sugerindo a colocação do Manuel num colégio interno ou colégio militar onde pudesse passar os dias da semana.

Para analisar a situação de perigo destas duas crianças foram realizadas várias diligências, como p. ex., realização de entrevistas à mãe; reuniões com a professora titular, com a assistente social do hospital (onde a Maria nasceu) e com as técnicas competentes; etc..

Atendendo a todo o processo, nomeadamente o facto de a mãe não se revelar capaz de se responsabilizar pelos seus filhos, e inclusivamente de se considerar que necessita de apoio a nível psiquiátrico e social, não se conhecendo o pai do Manuel e admitindo o pai de Maria que nem ele nem a mãe tinham capacidades para assumir as responsabilidades daquelas crianças e não sendo conhecidos outros familiares, tornou-se necessária a concretização de uma medida urgente para proteger o Manuel e a Maria.

¹ Ambos os nomes são fictícios para salvaguardar a identidade das crianças.

Numa primeira fase, a CPCJ deliberou a medida cautelar de Acolhimento Residencial – Urgente. No entanto, rápido se reconheceu que era necessário avaliar alternativas familiares que permitissem a constituição de um projeto de vida mais seguro para estas crianças porque o acolhimento residencial prolongado não consegue dar respostas às necessidades das mesmas podendo causar-lhes sérios prejuízos ao nível do seu crescimento saudável.

Relatório realizado pelas entidades competentes descreviam que o Manuel não demonstrava qualquer tipo de interesse em sair da instituição e que nem sequer perguntava pela mãe. A interação entre o Manuel e a mãe era quase inexistente. Quanto à Maria, a mãe revelava alguma apatia e dificuldades em responder às necessidades da criança. A Maria, inclusivamente, estranhava a presença da mãe e cada vez mais se tornava difícil retomar uma interação entre ambas.

Tal histórico permitiu concluir que o melhor projeto de vida para o Manuel seria o apadrinhamento civil, em razão da idade, da sua história de vida e da falta de perspectivas futuras, no que se refere a uma possível reintegração familiar junto da sua mãe biológica assim como a falta de alternativas familiares. Mais. Tal medida permitir-lhe-á estabelecer relações privilegiadas e vivenciar a experiência em família e, simultaneamente, manter contactos com a família de origem.

Relativamente à Maria, em relação à idade, deliberou-se que o melhor projeto de vida seria a adoção.

Ainda a título de curiosidade e em complemento da entrevista com Maria Isabel Pastor, Diretora da UAACAF da SCML, foi concedido o contexto de três casos em que o apadrinhamento civil foi considerado a melhor opção para a criança em questão:

- i. Criança com problemas de saúde e com dificuldades cognitivas e, por isso, carecida de acompanhamento médico, especialmente de intervenção terapêutica em Fisioterapia. A mãe deu o seu consentimento para que a criança fosse adotada, no entanto, depois de diversas pesquisas de candidatos a adoção desta revelou-se inviável. Assim, passou a ponderar-se o apadrinhamento civil que acabou por ser aplicado à fisioterapeuta da criança, que a acompanhou desde o internamento na neonatologia.
- ii. Criança nascida num dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e transferida para Portugal ao abrigo do Protocolo de Saúde por se

encontrar doente. Devido a essa mesma doença ficou impossibilitada de regressar ao país de onde é natural e foi apadrinhada por um casal que a conheceu na casa de acolhimento, em circunstâncias profissionais, proporcionando-lhe, para além de uma convivência familiar, os cuidados médicos de que necessitava.

- iii. Criança cuja mãe sofreu sequelas ao nível da cognição e autonomia decorrentes do parto, mas que, ainda assim, conseguiu designar um casal seu conhecido e da sua confiança capaz de assegurar os cuidados necessários ao desenvolvimento saudável desta criança.

A necessidade de compreender melhor o instituto do apadrinhamento civil e de analisar a sua utilidade prática incitou ao esforço para a procura de situações em que o instituto tivesse sido aplicado. Tal procura revelou-se de tal forma enriquecedora que permitiu à estagiária abrir horizontes e concluir que dos casos explanados é possível depreender que o apadrinhamento civil tem um vasto âmbito de aplicação. Motivo para o qual não se compreende a fraca expressão que este instituto tem em Portugal o que obriga a uma reflexão das causas que retraem a sociedade e as entidades competentes pela divulgação do direito na aplicação do apadrinhamento civil.

CAPÍTULO II – APADRINHAMENTO CIVIL

1. Introdução

É crescente a preocupação em torno da proteção das crianças e jovens enquanto seres humanos sensíveis, principalmente por estarem em fase de desenvolvimento. Uma trajetória de desenvolvimento saudável requer a garantia de necessidades de apoio em determinadas condições (adequadas e suficientes), que representem uma base firme e determinante para a construção de um projeto de vida positivo.

Ao longo dos anos foi travada uma batalha incessante em prol destes seres para que lhes fosse atribuído um estatuto na sociedade, enquanto sujeitos autónomos e titulares de direitos, que devem ser respeitados e, por isso, protegidos.

O que melhor comprova este reconhecimento é a existência de um artigo na lei fundamental portuguesa - o art. 69.º, cuja epígrafe é “Infância”. Tal artigo garante, por um lado, uma proteção geral de todas as crianças ou jovens, a assegurar pela Sociedade e pelo Estado com vista ao desenvolvimento integral daqueles. Por outro lado, providencia uma proteção especial, a assegurar pela Sociedade e pelo Estado, a todas as crianças em situação de orfandade, abandono ou qualquer forma de privação de um ambiente familiar saudável. É precisamente sobre esta forma de proteção especial que se debruça o presente trabalho.

O Estado não se pode imiscuir de atuar em nome do superior interesse da criança, ainda que de forma secundária, quando os pais das crianças não desejam ou não reúnem condições de prover o desenvolvimento equilibrado daquelas. Parafraseando as palavras de Clara Sottomayor (2004, p.140), “a titularidade do poder paternal é um direito originário dos pais, mas o seu exercício está sujeito à vigilância do Estado”. Contudo, a criança não pode ser entendida como pertença do Estado.

O Estado deve apoiar a família na árdua tarefa de educar um filho porque a criança tem o direito de crescer no seio de uma relação familiar, enquanto ambiente privilegiado para se desenvolver de forma saudável e progressivamente independente. Só em último recurso, quando a família biológica não usufruir do apoio estatal ou na ausência de condições para prover ao sustento do seu filho, é que se deve recorrer a outras hipóteses disponíveis no ordenamento português destinadas à proteção das crianças ou jovens privados de um ambiente familiar (Guerra, 2018).

Não menos importante é um outro artigo que deve ser trazido à colação: o art. 3.º, n.º2, da Convenção sobre os Direitos das Crianças, que também vincula os Estados Partes a “garantir à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas”.

E é neste seguimento, de dar uma resposta mais eficaz às crianças ou jovens carecidos de um meio familiar, mas cujos laços com a família biológica são importantes, que surge uma nova figura no Direito da Família e dos Menores – o Apadrinhamento Civil.

Com esta nova figura pretende-se reforçar a ideia da família enquanto meio privilegiado para o crescimento saudável de uma criança, e promover a sua integração social. A família deve corresponder a um ambiente de afetos e de solidariedade, em que os direitos da criança sejam respeitados e promovidos. Neste novo instituto isto consegue-se através da aproximação da criança - que em tempos foi privada de laços familiares - a pessoas, os padrinhos, que embora não pretendam substituir os pais, se equiparam a eles para certos efeitos. Os padrinhos passam então a exercer as responsabilidades parentais.

Tal como *supra*-referido, é direito de todas as crianças crescer no seio de uma relação familiar harmoniosa e saudável, pelo que quanto maior a percentagem de crianças privadas desta relação, maior o insucesso do sistema de proteção.

Graças ao esforço desenvolvido pelas entidades responsáveis pela criação de medidas promotoras da desinstitucionalização o número de crianças nos sistemas de acolhimento tem vindo a diminuir.

Os números oficiais disponibilizados pelo ISS na última edição (2017) do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (Macedo, Martinho, Simões e Oliveira, 2018) releva um decréscimo do número de crianças e jovens (entre os 0 e os 20 anos) em sistema de acolhimento, com exceção do ano de 2015 (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de crianças e jovens em acolhimento.

	Ano									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de casos	13.310	12.579	12.025	11.572	11.147	10.951	10.903	11.212	10.688	10.410

Para manter a tendência, verificada em Portugal, é mandatário que os representantes portugueses continuem a aumentar a eficácia das medidas já existentes.

E, não desvalorizando os esforços de melhoria e proximidade das instituições, foi a continuação desse ideal de desinstitucionalização que conduziu ao surgimento do apadrinhamento civil (Alfaiate, 2014). Mas não só.

O apadrinhamento civil é possivelmente uma das medidas que mais pode contribuir atendendo ao facto de se destinar a crianças que não são elegíveis para a adoção e pelas suas características se dirige a crianças e jovens em situação mais vulnerável (p. ex., devido à idade) e com necessidades mais urgentes de estabilidade.

No entanto, os dados apresentados pelo ISS demonstram que o apadrinhamento civil tem tido pouca expressão no contributo para a desinstitucionalização, apesar da tendência de aumento (residual) entre 2012, ano em que se registaram os primeiros casos, e 2017, último ano de que há dados disponíveis (*Tabela 2*).

Tabela 2 – Número de crianças e jovens em situação de acolhimento cujo projeto de vida é o apadrinhamento civil.

	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de casos	19	26	33	33	34	35
N.º Total de casos	180					

A colaboração com o ISS permitiu ainda determinar que no ano de 2018 foram concretizados 20 casos de apadrinhamento civil. Ou seja, o número revelou-se inferior ao dos anos transatos.

Sabe-se que em muitas situações são os pais biológicos que ameaçam seriamente o desenvolvimento saudável e equilibrado dos seus filhos, comprometendo em grande medida os vínculos afetivos próprios da filiação (Alarcão, 2008). Por esse motivo ou até por outras circunstâncias familiares que decorrem indiretamente da responsabilidade dos pais biológicos, é expectável que com este instituto se criem os laços afetivos quebrados no seio daquela relação biológica.

Esta nova relação jurídica deve ser enquadrada como um novo passo na evolução do Direito da Família e dos Menores, enquanto alternativa às respostas até então existentes no ordenamento jurídico português, elencadas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) - Lei n.º 147/99, de 1 de setembro -, para crianças e jovens privados de um meio familiar capaz de lhes proporcionar um desenvolvimento saudável.

A necessidade de uma medida mais ágil como esta era já conhecida por diversas entidades faz já algum tempo. Tanto que na exposição dos motivos da Proposta de Lei n.º 253/X já se referia que a Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Assembleia da República tinha elaborado e publicado, em 2006, um relatório relativo à “avaliação dos sistemas de acolhimento, protecção e tutelares de crianças e jovens” (cit in Proposta de Lei n.º 253/X). Este relatório sugeria as seguintes medidas: “clarificar e consagrar o princípio da prevalência das relações afectivas profundas, promover a desinstitucionalização, dinamizar o instituto da adopção” (cit in Proposta de Lei n.º 253/X) e criar medidas de acolhimento intermédias mais flexíveis do que a adopção. O Observatório Permanente da Adopção também faz sugestões nesse sentido ao manifestar a necessidade de criação de outras medidas quando não seja possível a adopção ou o regresso à família biológica, evitando-se que as crianças ou jovens permaneçam por tempo indeterminado em instituições de acolhimento.

O apadrinhamento civil destaca-se, assim, das restantes medidas de protecção das crianças existentes no ordenamento nacional pelo seu carácter tendencialmente definitivo, e não provisório. Para além disso, dirige-se a um público-alvo mais vasto por abranger crianças e jovens institucionalizados, em condições de perigo² e até as que se

² De acordo com o n.º1 do art. 3.º da LPCJP a criança ou jovem está em situação de perigo “quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros

entende poderem desenvolver de forma mais equilibrada fora do âmbito familiar biológico, mesmo que não se encontrem em situação de perigo (Alfaiate e Ribeiro, 2013). Ou seja, “crianças ou jovens cujo vínculo com a família biológica não esteja completamente comprometido ou que, por motivos vários, como sejam a idade, o passado problemático, não haja candidatos a adotantes que tornem provável a adoção das mesmas” (Dias, 2012, p. 162).

De entre as notas distintivas deste instituto, aquela que mais se destaca é a criação da relação afetiva e permanente entre os padrinhos e os seus afilhados, assumindo aqueles os poderes e deveres próprios dos pais, mas com a possibilidade de os últimos fazerem parte do novo projeto de vida da criança ou jovem.

ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”. O n.º2 exemplifica situações de perigo.

2. Apadrinhamento civil

2.1 Contexto do instituto

O apadrinhamento civil surge no direito português proposto e desenhado pelo Observatório Permanente da Adoção³, pela Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro⁴ (LAC), alterada pela Lei n.º 141/2015, de 8 de setembro.

Por sua vez, o Decreto-Lei (DL) n.º 121/2010, de 27 de outubro, veio proceder à regulamentação do regime jurídico do apadrinhamento civil, ao abrigo do art. 33.º, n.º1, da LAC, concretizando os requisitos e os procedimentos necessários à habilitação da pessoa que pretende apadrinhar uma criança ou jovem.

O apadrinhamento civil teve a sua origem na Proposta de Lei n.º 253/X⁵ que, embora com ligeiras alterações, terá merecido a sua aprovação após discussão na Assembleia da República.

A sua criação, segundo a exposição de motivos daquela Proposta de Lei, tinha como objetivo: “promover a desinstitucionalização, através da constituição de uma relação para-familiar tendencialmente permanente, destinada às crianças e jovens que não são encaminhados para a adoção ou não são adoptados”. Ou seja, os destinatários desta medida seriam “as crianças e jovens que estejam acolhidos em instituição, embora não se exclua que outras crianças e jovens sejam apadrinhados, na sequência da revisão de outra medida, ou mesmo antes da aplicação de qualquer medida”.

À época do seu surgimento vigorava, no ordenamento jurídico português, um sistema de adoção que distinguia a adoção plena da adoção restrita (Pinheiro, 2018)⁶.

³ De acordo com o art. 1.º do Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, e o Centro de Direito da Família: “O Observatório Permanente da Adoção é uma estrutura independente, encarada como linha de investigação do Centro de Direito da Família, com o objetivo de acompanhar e apreciar o desempenho, a nível nacional, das instituições de acolhimento de crianças e jovens em perigo, das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, dos Organismos de Segurança Social, da Autoridade Central competente em matéria de adoção internacional e dos Tribunais, no que se refere à definição e concretização do projecto de adoção de crianças e jovens privados do direito de crescer e desenvolver-se harmoniosamente no seio da sua família biológica”. [consult. 01 jun 2019] Disponível em: <http://www.centrodedireitodafamilia.org/sites/cdb-dru7-ph5.dd/files/ProtocoloOPA.PDF>

⁴ Aprovou o regime jurídico do apadrinhamento civil, procedendo à alteração do Código do Registo Civil, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e do Código Civil.

⁵ O resultado final do texto da LAC não se afasta, no essencial, desta Proposta.

⁶ “A adoção era plena ou restrita, consoante a extensão dos seus efeitos. A adoção plena implicava a inserção tendencialmente exclusiva do adoptado no seio familiar do adoptante, extinguindo-se as relações jurídico-familiares com os seus progenitores biológicos. (...) Já a adoção restrita implicava a

A doutrina majoritária entendia, e entende, que o apadrinhamento civil terá surgido para fazer face aos pressupostos demasiado exigentes da adoção restrita⁷ cujos efeitos, de certa forma, nunca se impuseram na sociedade portuguesa face à fraca expressão tida.

E, não obstante as parecenças entre ambos os institutos, a adoção restrita coexistiu ainda com o apadrinhamento civil durante alguns anos. Só a 8 de setembro de 2015 é que a adoção restrita foi revogada pela Lei n.º 143/2015. Atualmente, e em virtude da nítida preferência prática, tem-se apenas um regime único de adoção: a adoção plena.

A Proposta de Lei *supra* referida caracterizava já o apadrinhamento civil como uma nova relação jurídica no ordenamento português a acrescer à adoção restrita e à tutela⁸, situando-se entre estas. Contudo, o apadrinhamento civil representa um “mais” em relação à tutela e um “menos” em relação à revogada adoção restrita.

Não foi pensado o alargamento do âmbito da tutela devido à tradição que representa no ordenamento português, à ausência das figuras parentais e à desvalorização de laços afetivos. Já no apadrinhamento civil valoriza-se a relação afetiva, o vínculo com a família da criança ou jovem, a reciprocidade na garantia de alimentos (ainda que subsidiariamente) e a obrigação de relacionamento e de prestação de contas referentes aos bens do afilhado (perante desconhecimento do paradeiro e orfandade)⁹.

Poderia pensar-se também que a adoção restrita abrangesse os casos ilegíveis para o apadrinhamento civil, escusando a criação de um novo instituto. No entanto, a exigência dos seus requisitos e a abrangência dos seus efeitos influenciaram negativamente a adesão por parte da sociedade. A adoção plena cedo assumiu um papel de favoritismo em relação àquela¹⁰.

manutenção das relações familiares do adoptado com a sua família biológica, conferindo-se, essencialmente, ao adoptante o exercício de responsabilidades parentais (...)” (Pereira, 2018, p. 704-705).

⁷ “Não obstante a eficácia comparativamente limitada da adopção restrita, os requisitos da sua constituição eram semelhantes aos de constituição do vínculo de adopção plena, sendo, por isso, tidos como algo excessivos” (Pinheiro, 2018, p. 288).

⁸ O art. 1921.º do CC determina as situações em que a criança está obrigatoriamente sujeita à tutela.

⁹ Proposta de Lei n.º 253/X.

¹⁰ Proposta de Lei n.º 253/X.

No apadrinhamento continua a prevalecer o superior interesse da criança, mas as características deste instituto distinguem-se da adoção restrita por: menor exigência dos requisitos, maior facilidade na revogação do vínculo e na dispensa do consentimento e não atribuição de apelidos do padrinho ao afilhado, nem de direitos sucessórios recíprocos entre aqueles ao afilhado¹¹.

Face a estas considerações entende-se que “o padrinho é mais do que um tutor, e é menos do que um adoptante restrito”¹².

Frise-se, porém, que o apadrinhamento civil não constituiu um caminho subsidiário para a adoção visto que deve ser dada primazia à adoção quando se encontrem cumpridos os requisitos para a sua constituição¹³.

Já nos termos dos arts. 1921.º, n.º3, e 1961.º, al. g, ambos do Código Civil (CC), não haverá lugar a tutela¹⁴, sempre que se constituir uma relação de apadrinhamento civil, fazendo esta constituição cessar a tutela previamente estabelecida.

O apadrinhamento civil representa, assim, um *minus* em relação à adoção e um *plus* relativamente à tutela, aproximando-se mais desta última porque não se estabelece qualquer relação jurídica de filiação. Os padrinhos não se assumem pais da criança ou jovem, mas substituem-nos no exercício das responsabilidades parentais.

Numa entrevista realizada a Maria Isabel Pastor, Diretora da UAACAF da SCML, foram reforçadas ideias já publicadas pela mesma¹⁵, nomeadamente que o apadrinhamento civil pode mesmo ser visto como uma forma de corrigir a desatualizada e desadequada tutela, reservando-lhe “uma função residual ou transitória, ou limitá-la à representação da criança ou jovem no âmbito patrimonial” (Pastor, 2014, p.157).

A título de curiosidade, à data da entrevista relatou que já foi confrontada com uma situação em que a adoção restrita poderia ter tido aplicação. No entanto, como esta já se encontra revogada em Portugal a solução passou pela aplicação do apadrinhamento civil ao caso em concreto. Explicou ser uma criança órfã de mãe cujo

¹¹ Proposta de Lei n.º 253/X.

¹² Proposta de Lei n.º 253/X, p. 4.

¹³ “(...) A adopção continua a ser encarada como uma melhor solução para o menor, traduzindo o apadrinhamento civil um «mal menor» comparado com a não inserção do menor numa estrutura familiar ou, numa outra perspetiva, configurando um «bem menor» face à hipótese alternativa da total integração familiar proporcionada pela adoção” (Guimarães, 2012, p. 482).

¹⁴ O n.º1 do art. 1921.º do CC determina os casos em que a criança está sujeita à tutela.

¹⁵ Ideia já defendida na obra de Pastor (2014, p.157).

pai fez a sua vida ao lado de uma mulher com quem teve filhos. A família materna, porém, continua muito presente na vida da criança e esta tem presente na sua memória a figura da mãe e, inclusivamente, há um nome registado. A mulher com quem o pai fez a sua vida passa a ter aqui uma importante função parental e, portanto, tornou-se necessário formalizar esta possibilidade do exercício das responsabilidades parentais por parte daquela. Como não se pretendia privar esta criança da filiação materna estabelecida no registo civil nem do contacto com a família materna a solução que se encontrou foi o apadrinhamento civil. No entanto, se a adoção restrita ainda existisse à data do caso ter-se-ia optado por esta em detrimento do apadrinhamento civil.

2.2 Noção

O apadrinhamento civil vem, desde já, definido no art. 2.º da LAC, como sendo uma relação jurídica, tendencialmente de carácter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ela/e estabeleça vínculos afetivos que favoreçam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial e sujeita a registo civil.

A relação de apadrinhamento civil é, assim, composta por duas partes: o afilhado (criança ou jovem) e o padrinho (pessoa singular ou uma família). Não menos importante são os pais do afilhado que adquirem um estatuto de “terceiros” perante as personagens centrais desta figura (Pinheiro, 2018).

O legislador justifica a escolha do nome por entender que os termos “apadrinhamento civil”, “padrinho” e “madrinha” são preferíveis face a outros porque a sociedade os associa a substitutos dos pais na prestação de cuidados às crianças e jovens, ainda que não passem por pais, características estas semelhantes mas não exclusivas ao que consta na lei civil¹⁶. Criou-se assim a expectativa de que a familiaridade da designação, que apela à figura católica dos padrinhos, pudesse ser um fator determinante para o sucesso do instituto (Gonçalves, 2012).

¹⁶ Proposta de Lei 253/X, p. 4.

No entanto, Maria Margarida Silva Pereira atenta para a impossibilidade de associação entre o conceito de “apadrinhamento civil” e apadrinhamento enquanto sacramento católico (Pereira, 2018).

O apadrinhamento civil abrange maior responsabilidade em comparação com a figura católica dos padrinhos, isto enquanto realidade jurídica de tipo familiar capaz de proporcionar à criança ou jovem um ambiente familiar estável, cujo cuidado ficará a cargo de uma ou mais pessoas devidamente habilitadas para tal, os padrinhos. Entre a criança e o(s) padrinho(s) é expectável que se crie um vínculo afetivo capaz de promover o seu bem-estar e desenvolvimento.

Com o apadrinhamento civil a criança passa a ter um projeto de vida que passa a englobar uma figura parental capaz de a compreender, orientar, cuidar, proteger, aconchegar, ensinar e amar de acordo com as necessidades próprias da sua etapa desenvolvimental.

À criança ou jovem deve ser dada a possibilidade de acreditar que é possível ter melhores condições de vida do que teve até então e que o próprio pode criar um futuro com a participação e orientação dos padrinhos enquanto referência paternal. O padrinho deve assim criar oportunidades para consolidar uma relação afetuosa que permita desenvolver a sensação de confiança e segurança em relação ao futuro para a superação das experiências anteriores e com impacto negativo sobre a criança/jovem.

Todavia, ainda que os padrinhos não pretendam fazer-se passar pelos pais, mas sim substituí-los no exercício das responsabilidades parentais, a verdade é que o apadrinhamento civil não aspira, porém, a igualar-se à relação de parentalidade.

Importante é deixar claro que se deve manter uma relação colaborativa entre pais e padrinhos, salvo se for colocado em causa o superior interesse da criança. Assim sendo, o afilhado não deve ser afastado dos seus pais devendo mesmo promover-se o contacto entre ambos. Francisco Pamplona Corte-Real e José Silva Pereira consideram que a lei sugere “uma possível convivência de tipo amigável” (Corte-Real e Pereira, 2011, p. 46).

2.3 Regime Legal

Era pretensão da Proposta de Lei n.º 253/X que os procedimentos tendentes à criação do apadrinhamento civil tivessem apenas o formalismo indispensável à sua

constituição. O objetivo era diminuir a quantidade de procedimentos exigidos e respetivo período de tempo, para minimizar o impacto da burocracia sobre a motivação dos candidatos. Ainda assim, tais alterações foram pensadas acautelando sempre a proteção da criança.

À constituição e revogação da relação de apadrinhamento civil aplicam-se as normas processuais constantes do Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil, aprovado pela LAC, e o disposto no Regime Geral do Processo Tutelar Cível (RGPTC), em tudo o que não contrarie o regime especial do apadrinhamento (art. 66.º da Proposta de Lei n.º 338/XII).

De acordo com os arts. 18.º e 25.º, n.º 2, ambos da LAC, é competente para a constituição do apadrinhamento civil, bem como para a sua revogação, o tribunal de família e menores ou, fora das áreas abrangidas pela jurisdição dos tribunais de família e menores, o tribunal da comarca da área da localização da instituição em que a criança ou jovem se encontra acolhido ou da área da sua residência.

A constituição e a revogação do apadrinhamento civil estão sujeitos a registo civil obrigatório (art. 29.º da LAC) e o processo judicial tramita por via eletrónica (art. 19.º, n.º8, da LAC).

Por fim, o processo de apadrinhamento civil, enquanto processo tutelar cível, segue a forma de jurisdição voluntária¹⁷, aplicando-se os arts. 986.º e segs. do Código do Processo Civil (CPC) (art. 19.º, n.º 7, da LAC).

2.3.1 Constituição

2.3.1.1 Processo

O vínculo afetivo, de acordo com o n.º1 do art. 13.º da LAC, pode surgir de duas formas: i) decisão judicial (al. a)) ou ii) consenso (al. b)).

¹⁷ “É certo que este regime poderá implicar sucessivas alterações do compromisso de apadrinhamento e assim provocar algum aumento da actividade judiciária. Porém, as situações que estão na base do apadrinhamento civil já seriam muitas vezes, elas mesmas, independentemente da criação desta nova figura, situações que os tribunais deveriam conhecer. Por outro lado, um regime imutável, incapaz de acompanhar as alterações da vida, não se compagina com a intenção normativa que subjaz à figura do apadrinhamento civil. Em suma, não seria razoável afastar a jurisdição voluntária num processo que pretende conformar situações da vida tão fluidas e mutáveis como as relações afectivas” (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p. 59).

No segundo caso - e é natural que se prefira lograr por esta via – estamos perante um “compromisso de apadrinhamento civil” que define, por anuência de todos os interessados, os aspetos mais importantes do vínculo afetivo¹⁸ (enumerados no art. 16.º da LAC). Não se podendo lograr por esta via, por existir alguma circunstância relevante que o impeça, o apadrinhamento civil constitui-se por decisão do tribunal¹⁹.

Ainda assim, o compromisso de apadrinhamento civil tem de ser sempre remetido para o tribunal para homologação²⁰, sob pena de não estarem preenchidos os requisitos legais ou de se considerar que os interesses da criança ou jovem não estão suficientemente acautelados. Em caso afirmativo obrigar-se-á à realização, pelos subscritores do compromisso de apadrinhamento, das alterações que se considerem necessárias e adequadas para acautelar devidamente o superior interesse da criança/jovem (art. 19.º, n.º2, da LAC).

A opção descrita neste n.º2 trará benefícios, aproveitando tanto quanto possível o consenso já criado entre as partes e as sugestões por estas apresentadas. Ainda assim, e como o objetivo é acautelar os interesses da criança ou jovem, não se afasta a possibilidade de o tribunal direccionar as partes num sentido não coincidente com o inicialmente por eles proposto.

O apadrinhamento civil não é alheio ao entendimento das partes, devendo o tribunal, sempre que possível, ter em consideração o compromisso por elas apresentado, ou, pelo menos, tentar lograr pela sua celebração. As partes terão maior

¹⁸ Mais concretamente, serve “para tornar mais claros, no caso concreto, os direitos e deveres de todos os intervenientes, responsabilizá-los pelo cumprimento das obrigações, permitir uma supervisão mais rigorosa da evolução da medida e também facilitar a definição e o exercício dos direitos de todos. O compromisso de apadrinhamento orientará também decisões relativas a incumprimentos parciais ou a uma eventual vontade de revogação. Para este efeito, e embora a lei não o refira expressamente, o compromisso deve esclarecer o modo de exercício dos direitos e o modo de cumprimento das obrigações na medida do indispensável para garantir o desenvolvimento normal da relação estabelecida. Essa clareza previne futuros conflitos. Além disso, será um modo de aferir eventuais incumprimentos quando se pondere a revogação da medida” (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p.52-53).

¹⁹ Nos casos em que (art. 13.º, n.º 1, al. a)): a) esteja a correr um processo judicial de promoção e proteção (em fase de instrução, julgamento ou em execução de medida aplicada, quer por acordo, quer por decisão judicial) ou um processo tutelar cível (sem decisão final transitada em julgado); b) não sendo obtido o consentimento de uma das pessoas referidas no n.º1 do art. 14.º, possa o mesmo ser dispensado nos termos do n.º4 do mesmo artigo; c) estando instituída a tutela, o conselho de família dê parecer desfavorável à constituição do vínculo.

²⁰ De acordo com o art. 19.º, n.º 1, da LAC: “Quando o compromisso de apadrinhamento civil for celebrado na comissão de protecção de crianças e jovens ou no organismo competente da segurança social, ou em instituição por esta habilitada, é o mesmo enviado ao tribunal competente, para homologação, acompanhado de relatório social”.

predisposição para aplicar o que tenham acordado do que o que venha a ser imposto pelo tribunal, nomeadamente quando é simultaneamente mais vantajoso para a criança ou jovem e discordante do estipulado entre padrinhos e pais (Ribeiro, 2015).

O compromisso de apadrinhamento civil terá de ser subscrito obrigatoriamente pelos sujeitos elencados no art. 17.º da LAC, que passo a designar: os padrinhos; as pessoas que têm de dar o consentimento; a instituição onde a criança ou o jovem estava acolhido e que promoveu o apadrinhamento civil; a entidade encarregada de apoiar o apadrinhamento civil e o pró-tutor, quando o tutor vier a assumir a condição de padrinho.

Se não for de todo possível lograr pelo compromisso de apadrinhamento a decisão quanto à constituição do apadrinhamento civil será judicial.

De qualquer das formas, o apadrinhamento civil é sempre e só constituído por decisão do tribunal, que pode ser meramente homologatória do compromisso de apadrinhamento²¹.

Contudo, e tendo em conta o disposto no art. 4.º, n.º2, al. f), do Regulamento das Custas Processuais, quer a homologação judicial do compromisso de apadrinhamento, quer a decisão judicial que constitua o apadrinhamento civil, estão isentas de custas, uma vez que estamos perante processos de natureza análoga aos processos de confiança judicial de menor, tutela e adoção, na medida em que visa igualmente a entrega de uma criança a pessoa idónea (os padrinhos) em alternativa à sua institucionalização (Observatório Permanente da Adopção, 2011; Ramião, 2011).

2.3.1.2 Requisitos

De acordo com o art. 2.º do DL n.º 121/2010, de 27 de Outubro, quem pretender apadrinhar civilmente uma criança ou jovem deve comunicar essa intenção ao centro distrital de segurança social da sua área de residência, mediante o preenchimento de uma ficha de candidatura. Esta ficha de candidatura deve ser acompanhada dos

²¹ O art. 14.º, n.º1, al. b), da Proposta de Lei n.º 253/X atribuía competência ao Ministério Público para homologar o compromisso de apadrinhamento. Contudo, esta norma terá suscitado dúvidas quanto à sua constitucionalidade, face ao disposto no art. 36.º, n.º6, da CRP, levando o legislador a eliminá-la (Leal et al., 2010).

documentos que comprovem os requisitos abaixo referidos sob pena de verem rejeitada a sua candidatura.

A constituição do vínculo afetivo, salvo se houver lugar a dispensa pelo tribunal, está dependente do consentimento dos sujeitos elencados no art. 14.º da LAC, que são eles: a criança ou jovem maior de 12 anos; o cônjuge do padrinho ou da madrinha não separado judicialmente de pessoas e bens ou de facto ou da pessoa que viva com o padrinho ou a madrinha em união de facto; os pais do afilhado, mesmo que não exerçam as responsabilidades parentais, e ainda que sejam menores; o representante legal do afilhado e, por fim, a pessoa que tenha a guarda de facto da criança²².

A dispensa de consentimento, por um lado, está relacionada com o facto de anteriormente ter havido confiança judicial ou aplicação de medida de promoção e proteção de confiança a instituição com vista a futura adoção²³ ou a pessoa seleccionada para adoção caso se verifique, depois de uma reapreciação fundada do caso, que esta é inviável (n.º²⁴) e, por outro lado, também se verifica quando os pais não souberam respeitar a vida dos próprios filhos, infringindo culposamente os deveres que lhes competiam para com estes (n.º3).

O n.º 4 determina ainda o conjunto de pessoas e em que situações se permite ao tribunal dispensar o consentimento.

Já o n.º 5 incumbe à CPCJ, ao organismo do ISS e às instituições por esta habilitadas a fazerem a comunicação ao tribunal dos casos em que deva haver lugar a dispensa do consentimento. Neste caso, o tribunal terá de notificar o Ministério Público, a criança ou o jovem maior de 12 anos, os pais, o representante legal ou quem detiver a guarda de facto para, se tal o entenderem, alegarem por escrito e apresentarem prova no prazo de 10 dias (art. 19.º, n.º5, da LAC). Tem de ser garantido o respeito pelo princípio do contraditório. Se não for apresentada prova, a decisão é da competência do juiz singular. Mas se tiver sido apresentada prova há lugar a debate judicial perante um tribunal composto pelo juiz, que preside, e por dois juízes sociais (n.º6).

²² Nos termos do art. 5.º, al. b), da LPCJP.

²³ Art. 1978.º do CC - “Confiança com vista a futura adopção”.

²⁴ Está em causa a dispensa do consentimento dos pais do afilhado, do representante legal do afilhado e de quem tiver a sua guarda de facto.

Caso haja lugar a dispensa do consentimento pelas razões *supra* mencionadas, o apadrinhamento civil terá de ser obrigatoriamente constituído por decisão judicial.

Consentimento exigido e perfeitamente compreensível é o da criança ou do jovem maior de 12 anos e o dos padrinhos maiores de 25 anos, enquanto partes essenciais nesta nova relação.

O apadrinhamento civil pode ser singular ou plural, consoante o número de pessoas que irão apadrinhar. No primeiro caso temos um apadrinhamento constituído por uma pessoa singular (homem ou mulher) e no segundo caso temos um apadrinhamento constituído por uma família (“apadrinhamento por família”).

A lei não define o que se deverá entender por família para efeitos deste instituto, entendendo Rui do Carmo que o legislador quis abraçar toda a amplitude do seu significado social, não se reduzindo apenas ao casamento e à união de facto: “a lei do apadrinhamento civil não restringe o conceito de família apenas a algumas das relações familiares nem o restringe quanto ao número de membros da família que podem assumir o compromisso” (Do Carmo, 2016, p. 210).

Cristina Araújo Dias partilha do mesmo entendimento: “o legislador não veio considerar, no apadrinhamento civil, que constituem uma família duas pessoas casadas entre si ou que vivam uma com a outra há mais de dois anos em união de facto ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação. Assim, qualquer das formas referidas de constituição de família está incluída, para efeitos de habilitação para padrinhos no apadrinhamento civil” (Dias, 2012, pp. 190-191).

Quanto ao estabelecimento de um limite mínimo de idade para o padrinho/madrinha - 25 anos -, um critério de seleção formal, poderia recluir-se a exclusão de situações materialmente viáveis de apadrinhamento por pessoas mais novas (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p.10). Todavia, e como o que está em causa é o superior interesse da criança, o que se procura é garantir maturidade suficiente para desempenhar o papel que a lei atribui aos padrinhos (De Oliveira, 2019). Para além de que, a cooperação exigida pela LAC entre os padrinhos e os pais implicará muitas vezes certas capacidades reveladoras de alguma experiência de vida do ponto de vista das relações sociais (De Oliveira, 2019).

O momento a que se deverá atender para a verificação da idade mínima exigida é o momento da decisão de habilitação, ou seja, o(s) candidato(s) a padrinho(s) deve(m)

reunir as condições de idade aquando da sua habilitação e não em data posterior, por ser este o momento de aferição da sua capacidade e respetiva certificação (Ramião, 2011).

Quanto ao não estabelecimento de uma idade máxima para os padrinhos²⁵, poderia colocar-se a questão de saber se o legislador o fez por lapso ou de forma intencional.

Guilherme de Oliveira acredita que, por um lado, o aumento da esperança média de vida constitui um obstáculo ao estabelecimento de um limite (máximo) atualizado de idade e, por outro lado, os “padrinhos/madrinhas não são pais nem pretendem fazer-se passar por pais, não havendo razões para impor aqui regras que pretendem imitar a natureza das relações biológicas” (2019, p. 96). No entanto, ressalva-se que o facto de o candidato a padrinho ter mais idade não implica que não possa ser autónomo e que não disponha das condições necessárias para proporcionar à criança ou jovem um projeto de vida (Preguiça, 2016).

Quanto à necessidade de consentimento da criança, sujeito central do apadrinhamento, a cujo interesse se orienta a aplicação deste instituto, evidentemente que aquele só fará sentido se a criança tiver a maturidade e discernimento suficiente para compreender toda a situação envolvente e para verbalizar aquilo que considera ser o melhor para si. Mas tal não significa que se deva ignorar as manifestações de vontade de uma criança menor de 12 anos, “mas que, aí, devem ser tomadas em conta nos termos gerais, designadamente para efeitos de saber se a constituição do vínculo de apadrinhamento vai ou não ao encontro do seu interesse” (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p.42).

Esta é a situação mais conforme com o art. 12.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, que exige aos Estados Partes que garantam à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em conta as suas opiniões, de acordo com a

²⁵ O art. 1979.º, n.º3, do CC determina que: “só pode adotar quem não tiver mais de 60 anos à data em que a criança lhe tenha sido confiada, mediante confiança administrativa ou medida de promoção e proteção de confiança com vista a futura adoção, sendo que a partir dos 50 anos a diferença de idades entre o adotante e o adotando não pode ser superior a 50 anos”. O n.º4 estabelece uma exceção à diferença de idades nomeadamente para os casos em que se está perante uma fratria em que relativamente apenas a algum ou alguns dos irmãos se verifique uma diferença de idades superior àquela.

sua idade e maturidade, devendo para o efeito ser-lhe assegurada a oportunidade de ser ouvida nos processos que lhe digam respeito.

Estamos perante uma das caracterizações do princípio do reconhecimento do superior interesse da criança, enquanto direito a ser ouvido e a ser tida em consideração a sua opinião, conferindo-lhe a possibilidade de participar nas decisões que lhe dizem respeito com autonomia e identidade próprias (Ramião, 2011).

O tribunal pode, porém, dispensar o consentimento da criança/jovem se esta estiver privada do uso das faculdades mentais ou se, por qualquer razão, houver grave dificuldade em ouvi-lo.

De acordo com o Observatório Permanente da Adopção ainda se ponderou fixar uma idade mínima para o afilhado, com o objetivo de garantir o encaminhamento das crianças mais novas para a adoção. Contudo, e embora se prefira que as crianças mais novas sejam encaminhadas para a adoção, optou-se por deixar a escolha do projeto de vida daquelas para o momento de avaliação de cada caso concreto (Observatório Permanente da Adopção, 2011) por se acreditar poder ser o apadrinhamento civil, de entre os restantes, o melhor instituto a aplicar à criança/jovem, mediante a análise do caso em concreto.

Requisito essencial para a constituição do apadrinhamento civil é a verificação da “impossibilidade real da adoção, ainda que, objetivamente, a situação de adoptabilidade pudesse subsistir” (Alfaiate, 2014, p. 91). Ou seja, se ainda for “razoável prever o encaminhamento da criança ou jovem para a adoção, tem de ser esse o caminho privilegiado, uma vez que o apadrinhamento civil é subsidiário da adoção” (Alfaiate, 2014, p. 91). Mesmo que, no caso concreto, se determine que o apadrinhamento civil é a melhor opção, ainda assim está-se sempre dependente do afastamento da possibilidade da adoção.

Há uma clara hierarquia entre a adoção e o apadrinhamento civil por se acreditar, e bem, que a adoção oferece uma maior estabilidade à criança – em virtude do seu carácter tendencialmente definitivo e irreversível (Ramião, 2011) -, que passa, efetivamente, a fazer parte do agregado da família a que irá pertencer.

Ou seja, segundo o art. 5.º, n.º1, da LAC, sobre a criança ou jovem menor de 18 anos não podem ainda estar reunidos os pressupostos da confiança com vista à adoção. Ou estando a beneficiar de confiança administrativa, confiança judicial ou medida de

promoção e proteção de confiança a instituição com vista a futura adoção ou a pessoa selecionada para a adoção, depois de uma reapreciação fundamentada do caso, esta tem de se mostrar inviável²⁶.

Falamos de crianças que estejam a beneficiar de uma medida de acolhimento residencial (“em instituição”) ou ao abrigo de uma outra medida de proteção, mas também daquelas que se confirme estarem numa situação de perigo para a sua saúde, educação e desenvolvimento²⁷.

Não obstante, Tomé d’Almeida Ramião (2011) entende que só circunstâncias supervenientes relacionadas com a pessoa ou casal adotante, ou com a situação da própria criança ou jovem - e não já circunstâncias relacionadas com a família biológica da criança ou jovem (p. ex., aquisição superveniente das condições necessárias para o bem-estar do seu filho) - é que podem fundamentar uma revisão do estatuto de adotabilidade. Em caso contrário, correr-se-ia o risco de não haver candidatos à adoção porque apesar de a criança ou jovem lhes ser judicialmente entregue, dificilmente iriam aceitar que a decisão transitada em julgado fosse revista, especialmente por a família biológica ter reunido posteriormente condições para o cuidado da criança. Tal situação acarretaria efeitos nefastos para a própria criança e pais adotivos e, consequentemente, pôr-se-ia em causa o seu futuro (Ramião, 2011).

Se a criança/jovem estiver numa situação em que se encontrem reunidos os pressupostos para que possa ser adotada então esta será a situação a preferir porque a sua inclusão no agregado familiar através do vínculo da filiação será sempre um projeto de vida melhor e mais seguro para aquela. Assim, como *supra* referido, considera-se que

²⁶ “Pense-se, por exemplo, (...) crianças ou jovens que permanecem muitos anos em instituições, aguardando a entrega a uma família, e relativamente aos quais, por causa da idade ou por características particulares (doença ou deficiência graves), acaba por se criar a convicção da impossibilidade de vir a constituir-se realmente um vínculo de adoção. Ainda assim, (...) a alteração da medida, no sentido do apadrinhamento civil, tem de ser clara e inequivocamente fundamentada (...)” (Observatório Permanente da Adoção, 2011, p.15).

²⁷ Art. 5.º, n.º1, da LAC: “(...) pode ser apadrinhada qualquer criança ou jovem menor de 18 anos: a) Que esteja a beneficiar de uma medida de acolhimento em instituição; B) Que esteja a beneficiar de outra medida de promoção e protecção; C) Que se encontre numa situação de perigo confirmada em processo de uma comissão de protecção de crianças e jovens em processo judicial; D) Que, para além dos casos previstos nas alíneas anteriores, seja encaminhada para o apadrinhamento civil por iniciativa das pessoas ou das entidades referidas no artigo 10.º”. Mais acrescenta o n.º2 que: “Também pode ser apadrinhada qualquer criança ou jovem menor de 18 anos que esteja a beneficiar de confiança administrativa, confiança judicial ou medida de promoção e protecção de confiança a instituição com vista a futura adoção ou a pessoa selecionada para a adoção quando, depois de uma reapreciação fundamentada do caso, se mostre que a adoção é inviável”.

o apadrinhamento civil é uma medida subsidiária à adoção, não concorrendo com esta por constituir uma melhor e mais completa solução de vida para a criança/jovem.

Acresce ainda a necessidade de verificação de um juízo, em concreto, que avalie se a constituição do apadrinhamento trará “reais vantagens” para a criança ou jovem, acautelando suficientemente os seus interesses²⁸.

O Superior interesse da criança é o critério preponderante que deve presidir à constituição do apadrinhamento civil.

Para concluir, só pode ser apadrinhada qualquer criança ou jovem que tenha menos de 18 anos, residente no território nacional²⁹.

E porque se está perante uma providência tutelar cível cujo objeto é a relação afetiva que se pretende ver estabelecida, mediante a atribuição do exercício das responsabilidades parentais a outra(s) pessoa(s) - que não os seus pais biológicos -, no caso o(s) padrinho(s), não poderá ser constituída essa relação jurídica após a sua maioridade. Desta forma a maioridade da criança não pode estar verificada no momento da decisão judicial de constituição do vínculo porque é a partir da maioridade que a criança ou jovem adquire capacidade para o exercício de direitos (arts. 122.º a 124.º do CC) (Ramião, 2011).

Não menos importante é o consentimento a exigir das restantes pessoas envolvidas em todo o processo para a constituição do apadrinhamento civil.

O cônjuge ou a pessoa com quem o padrinho/madrinha vive em união de facto também deve consentir no apadrinhamento (al. b), do n.º1, do art. 14.º da LAC).

²⁸ “Para a avaliação concreta deste requisito será fundamental os elementos de prova que constam do processo judicial de promoção e protecção ou do processo tutelar cível, estando estes pendentes [art. 13.º/1, alínea a)], ou do relatório social remetido pela comissão de protecção de crianças e jovens ou do organismo competente da segurança social, ou em instituição por esta habilitada, no caso contrário, nos termos do art. 19.º/1 e 2” (Ramião, 2011, p. 23).

²⁹ Critério da territorialidade.

“Aplica-se a lei portuguesa sempre que a criança ou jovem tenha residência habitual em território nacional, independentemente da sua nacionalidade. A razão de assim ser decorre de ser em Portugal o seu centro de vida e por isso ser aqui que os efeitos relativos à protecção e suprimento da incapacidade da criança ou jovem se irão produzir. Uma vez que constitui tarefa do Estado proteger crianças e jovens que se encontrem no seu território, independentemente da nacionalidade (arts. 69.º e 70.º ex vi artigo 15.º, n.º1 e 2 da Constituição da República Portuguesa (CRP), não faria sentido discriminar os cidadãos estrangeiros quando estes carecem de protecção em termos análogos aos nacionais” (Alfaiate e Ribeiro, 2013, p. 119-120).

Todavia, há autores que consideram que este critério “não pode deixar de causar perplexidade” (Leal et al., 2010, p. 229), tendo em conta que as normas de conflitos vigentes em matéria de relações familiares, tutela e institutos análogos de protecção de incapazes, remetem para a lei pessoal (da nacionalidade) dos sujeitos.

Por um lado, pretende-se integrar a criança numa família cujos membros estejam todos de acordo com a sua entrada nesse ambiente familiar, sob pena de mais tarde se colocar em questão o vínculo por instabilidade familiar. Por outro lado, a pessoa em causa pode não ter levantado obstáculos no momento da candidatura, mas ter mudado posteriormente de decisão. Ou seja, “se não se pretende dessas pessoas nenhum esforço activo de promoção da medida, espera-se, pelo menos, que elas se comprometam a não a perturbar” (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p.43).

No apadrinhamento civil o consentimento do cônjuge não é exigido em duas situações: quando estejamos perante uma separação judicial e uma separação de facto. Isto porque se considera que, não estando o cônjuge presente no ambiente familiar, não há que recear que ele perturbe a integração do afilhado (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

O consentimento dos pais do afilhado, previsto na al. c) do artigo em análise, também é exigido, ainda que estes não exerçam a plenitude das responsabilidades parentais ou mesmo que o seu exercício caiba apenas a um deles, ou a uma outra pessoa da família. Para além de que, “assentando o apadrinhamento numa matriz de concordância, a sua constituição de modo consensual aumentará a probabilidade de que venha a ser bem sucedido” (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p.44).

Já assim não será quando os pais tenham adotado para com o filho condutas de tal forma graves que originem uma inibição das responsabilidades parentais (n.º3).

O facto de também se exigir o consentimento do tutor, caso exista, não significa que se dispense automaticamente o consentimento dos pais do afilhado. Para avaliar a necessidade de consentimento dos pais nestas circunstâncias “é necessário, nos termos do n.º3 e da al. d) do n.º4, ter em conta as razões que levaram à instituição da tutela” (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p.44).

A exigência do consentimento de quem detiver a guarda de facto é compreensível, “não só por considerações de humildade e de respeito pela função altruísta que desempenharam, mas também por exigência do princípio do consenso, que deve ter uma ampliação tão vasta quanto possível no campo das decisões relativas ao exercício das responsabilidades parentais e à protecção de crianças e jovens” (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p. 44).

O consentimento dos pais do afilhado, do representante legal do afilhado ou de quem detiver a sua guarda de facto não é necessário nos casos em que, tendo já sido decidido judicialmente que a criança pode ser adotada, a adoção se venha posteriormente a revelar impossível de concretizar por razões de facto (n.º2 do art. 14.º da LAC). Isto significa que as questões relativas ao consentimento já foram apreciadas aquando das decisões relativas à confiança com vista à adoção, não fazendo sentido reapreciá-las. Vale o argumento de maioria da razão: uma vez que o consentimento foi dado para a adoção, que é “um mais”, então, por maioria da razão, também pode ser dado para o apadrinhamento civil, que é “um menos” (Observatório Permanente da Adopção, 2011). Ou seja, «quem consente “no mais”, também consente “no menos”» (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p.45).

2.3.1.3 Designação e Habilitação

Nem todas as pessoas podem ser habilitadas a tornar-se padrinhos, sendo necessário que revelem competências pessoais mínimas para o exercício das funções atribuídas àqueles, pelo que deverão ser previamente avaliadas e habilitadas (exceto nos casos referidos no n.º5 do art. 11.º da LAC) por entidades com competência, experiência e qualificações adequadas ao processo de habilitação (Ramião, 2011).

Assim, a constituição do apadrinhamento civil comporta duas fases importantes, previstas no art. 11.º da LAC: a designação e a habilitação dos padrinhos.

A candidatura para o apadrinhamento civil pode ser espontânea³⁰, se a iniciativa for tomada por quem tiver legitimidade para tal, ou pode derivar da iniciativa das entidades elencadas no art. 10.º, n.º1, da LAC: o Ministério Público, como representante dos interesses da criança/jovem; a CPCJ, no âmbito dos processos que aí corram termos; o organismo competente do ISS ou de instituição por este habilitada nos termos do n.º 3 do artigo 12.º; os pais³¹, representante legal da criança ou do jovem ou pessoa que

³⁰ À data da entrevista com a Diretora da UAACAF da SCML, Maria Isabel Pastor, foi realçado que, coincidentemente, naquele momento, tinham uma candidatura espontânea de apadrinhamento. No entanto, admite ser este um caso muito raro porque todos os restantes casos de apadrinhamento civil derivaram de uma relação afetiva previamente estabelecida.

³¹ “(...) quando a iniciativa caiba aos pais, a criança ou jovem não pode ser apadrinhado por mera impossibilidade ou vontade daqueles. É preciso que se preveja uma impossibilidade de desenvolvimento integral junto dos pais e a necessidade de suprimento do exercício das responsabilidades parentais até à

tenha a sua guarda de facto; a criança ou o jovem maior de 12 anos³². Acresce que, quando a iniciativa for da criança ou jovem maior de 12 anos, o tribunal ou o Ministério Público nomeiam, a seu pedido, um patrono que o represente (art. 10.º, n.º2, da LAC).

O n.º5 do art. 11.º estabelece que podem ainda ser designados como padrinhos os familiares, a pessoa idónea, o tutor ou a família de acolhimento a quem a criança ou o jovem tenha sido confiado no processo de promoção e proteção. A lei pretende preservar as relações afetivas que, entretanto, se criaram e manter a estabilidade de vida da criança ou jovem³³.

Ao se admitir candidaturas espontâneas significa que, para a constituição do vínculo de apadrinhamento, não é obrigatória a existência de uma relação afetiva anterior, porém, é determinante que esta se constitua (Dias, 2017). O que se pretende com o apadrinhamento é a criação de uma “relação afetiva entre duas pessoas que não pertencem à mesma família, mas vão, por esta via, procurar beneficiar de um afeto mais estreito do que a amizade ou acompanhamento” (Pereira, 2018, p. 763). O superior interesse da criança só estará assegurado se aquela conseguir estabelecer uma relação afetiva com o candidato a padrinho.

Aos candidatos a padrinhos não lhes é reconhecida a legitimidade para tomar a iniciativa, “não podem antes da constituição do vínculo, impulsionar o processo verdadeiramente” (Alfaiate e Ribeiro, 2013, p. 126). Apenas lhes é reservada a posição de candidatos espontâneos a agregar a lista regional a não ser que o candidato a padrinho seja já representante legal do menor ou seu guarda de facto, cujos efeitos jurídicos resultam já de uma prévia relação jurídica ou de facto existente (Alfaiate e Ribeiro, 2013).

Constituído o vínculo de apadrinhamento, e graças aos poderes jurídicos próprios que são reconhecidos aos padrinhos, estes passam a ter um interesse digno de tutela e, por isso, passam a ser considerados partes no processo (Alfaiate e Ribeiro,

menoridade e o acometimento a um terceiro dos direitos e deveres próprios daqueles, daí em diante” (Alfaiate e Ribeiro, 2013, p. 123).

³² Está-se perante uma novidade face aos institutos alternativos que asseguram a representação da criança.

³³ Há autores que defendem ser esta razão mais que suficiente para que o critério legal da idade seja afastado nestes casos, representando uma exceção ao art. 4.º da LAC (ex. Leal et al., 2010).

2013). Só através deste momento é que o candidato a padrinho adquire o estatuto jurídico de padrinho civil.

O apadrinhamento civil pode ainda ser constituído oficiosamente pelo tribunal (art. 10.º, n.º3, da LAC).

A designação pode verificar-se anteriormente à habilitação nos casos em que a criança a apadrinhar tenha uma relação afetiva prévia com o candidato a padrinho. Já nas candidaturas espontâneas a designação seguir-se-á à habilitação. Nestes casos, a habilitação irá obedecer a dois momentos diferentes. Num primeiro momento a habilitação dos padrinhos será feita em abstrato por não ser dirigida a uma criança em concreto. Num segundo momento a habilitação realizar-se-á em momento posterior à designação e será agora destinada à avaliação dos fatores de habilitação em relação a uma criança ou jovem em concreto (Alfaiate e Ribeiro, 2013).

Se a candidatura for espontânea, o candidato terá de constar de uma lista regional (e não nacional), dado que a *ratio* deste instituto sugere o prosseguimento da relação biológica, pelo que faz sentido que a criança/jovem se mantenha no âmbito territorial da sua família biológica. Todavia, esta lista regional não deve representar um impedimento à constituição do vínculo afetivo por não respeitar a proximidade geográfica (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

A designação dos padrinhos por pessoas diretamente ligadas à criança ou ao jovem prevalecerá sempre às candidaturas espontâneas, por se entender que os requisitos desta relação afetiva, de consenso e cooperação, serão melhor acautelados (Ribeiro, 2015).

Contudo, qualquer que seja a designação em causa, e porque é valorizado o superior interesse da criança e o seu desenvolvimento futuro, importa sempre avaliar, no caso concreto, a efetividade da vontade de apadrinhar pelos padrinhos.

Pretende-se assegurar o futuro da criança/jovem, atribuindo as responsabilidades parentais a pessoas com competências para tal e não a pessoas que se encontrem nas mesmas condições que originaram a retirada daquela criança/jovem aos pais biológicos, até porque na maioria das vezes teremos crianças que já vivenciaram situações traumáticas que poderão ter deixado sequelas graves.

Resultava já do preâmbulo do DL n.º 121/2010, de 27 de outubro, que, embora o regime do apadrinhamento civil se pretenda mais simplificado e célere do que o

regime da adoção, tal não significa que o processo de habilitação dos padrinhos seja menos rigoroso do que na adoção, porque ambas as medidas pretendem proteger a criança através da criação de uma ligação afetiva desta com o titular das responsabilidades parentais. O Estado não se pode desobrigar a prestar os cuidados que a situação requer (De Oliveira, 2008).

A avaliação dos candidatos a padrinhos, a que a lei designa de “habilitação”³⁴, tem como objetivo avaliar a idoneidade³⁵ e a autonomia de vida³⁶ dos padrinhos, critérios materiais. A habilitação do padrinho abrange não só a avaliação das capacidades para criarem vínculos afetivos com o afilhado e para exercerem as responsabilidades parentais atribuídas, mas também a avaliação das capacidades para estabelecerem vias de cooperação com os pais do afilhado (Ramião, 2018).

A regulamentação da habilitação dos padrinhos consta do DL *supra* citado. O seu art. 3.º, n.º4, foi recentemente revogado pela Lei n.º 2/2016, de 29 de fevereiro, tendo cessado os obstáculos ao apadrinhamento civil por casais homossexuais, que tanto foi discutida em nome do princípio da igualdade.

Para além da verificação dos requisitos gerais objetivos³⁷ previstos na LAC, o art. 3.º, n.º1, do DL, determina os fatores de habilitação que devem orientar as entidades competentes no processo de avaliação: personalidade, maturidade, capacidade afetiva e estabilidade emocional; capacidades educativas e relacionais para responder às necessidades específicas da criança ou do jovem e para promover o seu desenvolvimento integral; condições de higiene e de habitação; situação económica, profissional e familiar; ausência de limitações de saúde que impeçam prestar os cuidados necessários à criança ou ao jovem; motivação e expectativas para a

³⁴ “Por habilitação dos padrinhos entende-se o processo administrativo e técnico destinado a aferir e certificar que a pessoa singular ou a família que se propõem apadrinhar uma criança possui a idoneidade, a capacidade e a autonomia de vida que lhe permita assumir e exercer, com benefício para a criança ou jovem, as responsabilidades parentais” (Pastor, 2014, p. 160).

³⁵ Remete para uma ideia de aptidão pessoal, de retidão nas suas relações com os outros (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

³⁶ Abrange a capacidade financeira e a competência para tomar decisões para reger a sua pessoa e a do afilhado (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

³⁷ Estes requisitos «não dependem de qualquer apreciação dos serviços, não suscitam qualquer dúvida em qualquer caso de fronteira. (...) são excludentes. De facto, desde que não estejam preenchidos, haverá motivo para um indeferimento liminar, não se justificando a continuação de um processo de avaliação baseado nos “factores de habilitação” previstos neste artigo» (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p. 85).

candidatura ao apadrinhamento civil; disponibilidade para cooperar com o apoio previsto no art. 20.º da LAC; disponibilidade para receber a formação que os organismos competentes vierem a proporcionar; disponibilidade para respeitar os direitos dos pais ou de outras pessoas relevantes para a criança ou o jovem; capacidade e disponibilidade para promover a cooperação com os pais na criação das condições adequadas ao bem-estar e desenvolvimento da criança ou do jovem; posição dos membros do agregado familiar dos candidatos, e por outros familiares com influência na dinâmica da família, face ao vínculo do apadrinhamento civil.

Ademais, os n.ºs 2 e 3 do art. 3.º do diploma regulamentar acrescentam que não podem ser habilitados como padrinhos e, conseqüentemente, ser designados: o candidato ou qualquer das pessoas que com ele coabitem que tenha sido condenado através de sentença transitada em julgado por qualquer dos crimes³⁸ previstos na al. a) do n.º4 do art. 2.º da Lei .º 113/2009, de 17 de setembro; o candidato a padrinho que esteja inibido do exercício das responsabilidades parentais ou veja limitado o seu exercício nos termos do art. 1918.º do CC.

E, embora as entidades não estejam isentas de alguma subjetividade, a verdade é que a avaliação realizada aos padrinhos é orientada pelos fatores de habilitação designados (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

A enunciação destes fatores favorece a transparência e uniformidade do processo com maiores garantias de controlo aos interessados e certifica que os padrinhos estão devidamente habilitados a promover o futuro desta relação afetiva e solidária.

De entre todos os fatores a ponderar parece relevante a perspetiva de Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro (2013) quando afirmam que a motivação e as expectativas dos candidatos são os fatores que mais se destacam porquanto servem de triagem aos “falsos candidatos” a padrinhos que veem o apadrinhamento civil como meio enviesado para atingir a adoção, podendo cair no erro de desvalorizar a posição dos pais na vida dos filhos³⁹.

³⁸ Crimes de: violência doméstica; maus tratos físicos ou psíquicos; contra a liberdade e autodeterminação sexual.

³⁹ A Diretora da UAACAF da SCML, Maria Isabel Pastor, realçou que a avaliação da motivação dos candidatos a padrinhos é mais intensa nos casos em que se esteja perante uma candidatura espontânea. Nos casos em que a candidatura é da iniciativa de uma determinada pessoa com prévia relação afetiva

O mesmo é reforçado pelo Observatório Permanente de Adoção (2011) ao afirmar que é necessário ter a certeza que não está presente um desejo de adoção.

Será esta avaliação que, no futuro, habilitará o candidato a uma relação de apadrinhamento (Alfaiate e Ribeiro, 2013). Para atingir esse objetivo é necessário que os candidatos a padrinho se predisponham a cooperar para que o processo a que estão sujeitos seja o mais célere e rigoroso possível de modo a garantir a adequação daquele padrinho àquela criança (Preguiça, 2016).

A habilitação dos padrinhos cabe ao organismo competente Segurança Social (art. 12.º, n.º2, da LAC). Contudo, o DL n.º 121/2010, de 27 de outubro, determina, no seu art. 7.º, n.º1, que são competentes para receber a ficha de candidatura ao apadrinhamento civil os centros distritais do ISS, I.P., o Instituto de Acção Social da Região Autónoma dos Açores, o Centro de Segurança Social da Região Autónoma da Madeira e, no concelho de Lisboa, a SCML. E ainda, acrescenta o n.º2, os organismos⁴⁰ que tenham celebrado acordos de cooperação, nos termos do art. 8.º daquele DL (também o art. 12.º, n.º3, da LAC⁴¹).

Segundo o art. 9.º do DL *supra* referido é dever de qualquer uma destas entidades “proporcionar aos interessados as informações que considerem relevantes para a realização de uma candidatura consciente, assim como garantir aos candidatos habilitados a formação conveniente para o sucesso do apadrinhamento civil”.

Foge à regra a existência de casos especiais em que a habilitação completa é, em princípio, dispensada. Aplicam-se os casos em que a criança já tenha sido confiada, no curso de um processo de promoção e proteção, a pessoa idónea, familiares ou família de acolhimento, ou no caso de ter sido confiada a um tutor pelo tribunal (AA. VV., 2014; Observatório Permanente da Adopção, 2011).

Este processo facilitado, que se confina apenas à criança com quem já se estabeleceu uma relação no contexto do processo precedente à constituição do vínculo de apadrinhamento, justifica-se pelo facto de a pessoa em causa já ter sido devidamente

com a criança são avaliadas as condições dessa pessoa para apadrinhar e a relação já pré-estabelecida. E, por isso, a avaliação neste caso será mais célere porque já está orientada para uma criança em concreto.

⁴⁰ Estes organismos não têm de ser necessariamente instituições de acolhimento de crianças; basta que tenham os “meios adequados” para o efeito (Observatório Permanente da Adopção, 2011, p. 36).

⁴¹ Esta solução vem na sequência de uma política de descentralização e de estabelecimento de parcerias entre o Estado e o setor privado, que desde há muito vigora em matérias do âmbito de intervenção da segurança social (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

avaliada em processo que antecedeu a aplicação da medida de promoção e proteção ou da decisão do tribunal. Apenas se exige a audição da comissão de proteção de crianças e jovens responsável pela aplicação da medida ou da entidade que efetuou a avaliação que serviu de base à decisão judicial prévia (artigo 5.º, n.º2, do DL n.º 121/2010) (Dias, 2012).

Todavia, estas pessoas podem ficar sujeitas ao processo de habilitação comum, sempre que da informação prestada resultem motivos que atestem a necessidade de uma avaliação global dessas pessoas (n.º3).

O mesmo já não se verifica quando em causa esteja a aplicação de uma medida provisória, já que estas medidas dependem de uma mera avaliação da idoneidade da pessoa para acolher a criança ou jovem num curto período temporal (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

A decisão sobre a habilitação dos padrinhos deve ser proferida no prazo de seis meses, a contar a partir da data de entrega da ficha de candidatura.

Se da decisão resultar recusa de habilitação cabe recurso para o tribunal competente em matéria de família e menores (art. 12.º, n.º4, da LAC).

Em caso de deferimento da habilitação, os candidatos a padrinho passam a poder ser designados como padrinhos civis de uma criança ou jovem.

Em cumprimento do disposto no art. 4.º da LPCJP, aplicável por força do art. 147.º-A da Organização Tutelar de Menores (OTM), a escolha dos padrinhos tem ainda de respeitar o princípio do contraditório e o princípio da audição obrigatória e da participação da criança e dos pais, ou representante legal ou guarda de facto, no processo em causa, reunindo, assim, o máximo consenso de todas as partes envolvidas (art. 11.º/6).

2.3.2 Extinção

Nunca é demais realçar, porque o caracteriza, que o vínculo afetivo é, em princípio, um vínculo para o resto da vida da criança/jovem, não terminando pelo mero facto de o afilhado ter atingido a maioridade. E várias são as disposições na LAC que o confirmam (p. ex., arts. 2.º e 24.º).

Porém, este vínculo afetivo pode ser extinto por morte das partes ou por decisão judicial de revogação.

2.3.2.1 Revogação

Enquanto vínculo permanente, o que se pretende é trazer para a vida da criança ou jovem a segurança proporcionada por uma relação afetiva que permita o seu bem-estar e desenvolvimento.

Todavia, esta estabilidade é de certo modo precária pois o art. 25.º da LAC veio atribuir a um conjunto alargado de pessoas a possibilidade de, em certas situações⁴² e cumpridos determinados pressupostos, revogarem o apadrinhamento civil. Isto refere-se às pessoas que fazem parte do compromisso homologado, ao organismo competente da Segurança Social ou à instituição devidamente habilitada por esta, à CPCJ, ao Ministério Público ou ao tribunal.

Compreende-se que o apadrinhamento civil possa ser revogado quando ambas as partes do vínculo assim o entendem por não satisfazer mais os seus interesses e, especialmente, o superior interesse da criança ou jovem (als. a) e f)).

Também é de fácil compreensão a revogação do instituto quando não promova mais o desenvolvimento harmonioso do afilhado (al. b)). No mesmo entendimento vai a al. c), que permite a revogação quando não mais seja protegido o seu superior interesse.

A al. d) faz referência aos comportamentos, atividades ou consumos do afilhado (p. ex., o consumo de estupefacientes) que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os padrinhos atuem de modo a solucionar essa situação. Esta incapacidade de remoção do perigo por parte dos padrinhos pode resultar de impotência para a resolução do problema e não advir necessariamente de culpa ou negligência (Dias, 2017).

É necessário que se demonstre uma situação de perigo duradoura, não se bastando um ato isolado ou acidental (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

A al. e) é a única que não diz respeito ao interesse do afilhado. Salvaguarda as situações em que a criança ou jovem assuma de modo persistente comportamentos que afetem gravemente a pessoa ou a vida familiar dos padrinhos, de tal modo que a continuidade da relação de apadrinhamento civil se mostre insustentável.

⁴² O elenco de causas de revogação constantes da LAC é semelhante às previstas no art. 1915.º do CC responsável por regular a inibição do exercício das responsabilidades parentais.

Os padrinhos, devidamente habilitados, cumprem diligentemente as obrigações que lhes foram atribuídas por via do apadrinhamento e se o afilhado não colaborar poderá o vínculo de apadrinhamento vir a ser revogado, por pôr em causa a idealização de vida dos próprios padrinhos que imaginaram um projeto de vida diferente para a relação entre eles e o afilhado (Ribeiro, 2015).

Mas atenção. Só deve haver lugar a revogação nos casos em que se verifique uma situação de tal forma grave que ponha em causa a manutenção da relação afetiva e os objetivos do apadrinhamento. A existência desta situação grave não pode ser confundida com a existência de problemas na relação afetiva (Alfaiate e Ribeiro, 2013). Guilherme de Oliveira (2019) acredita que se o legislador tivesse optado por uma irrevogabilidade estrita, o apadrinhamento poderia representar um obstáculo para os padrinhos. Isto porque depois de cumpridas as responsabilidades parentais atribuídas - a que voluntariamente se propuseram - poderiam ficar comprometidos com esta relação e, por isso, a mesma deixaria também de ser benéfica para o afilhado. Mas se também se tivesse optado por um regime que permitisse aos padrinhos sair da relação afetiva livremente, estaria dificultada a construção de um ambiente familiar estável para a criança ou jovem. Motivo pelo qual este autor (De Oliveira, 2019) considera que o legislador encontrou na revogação um equilíbrio justificável para um vínculo como este, assente na solidariedade. Ainda assim não deixa de reconhecer que se o legislador tivesse considerado o apadrinhamento civil como um instituto irrevogável este teria tido uma maior adesão e, conseqüentemente, estimularia os padrinhos a um maior investimento na relação afetiva.

Maria Margarida Silva Pereira questiona como é que “se poderá conceber a integração familiar de padrinhos e afilhados, quando se dá por adquirido que os laços que os unem poderão sucumbir sempre que o afeto, justamente o factor que originou a relação, deixe de existir ou a vontade de manter o relacionamento não subsista” (2018, p.778). O legislador, ao permitir a extinção da relação de apadrinhamento, “exara o entendimento do instituto em causa como um modo pontual de contribuir para o desenvolvimento de uma criança e também para a satisfação de propósitos altruístas dos padrinhos, mas sem o espírito de dádiva pessoal e de aceitação do outro que caracteriza a vida familiar” (Pereira, 2018, p. 779). No entanto, reconhece que o papel desempenhado pelo padrinho não substitui nem se equipara ao da família. Se assim

fosse a família podia ser circunstancial e eximir-se das suas funções para com as crianças em razão de fundamentos múltiplos, aleatórios (Pereira, 2018).

Faz-se entendimento, salvo melhor opinião, que se por um lado se quer a integração da criança num ambiente familiar que proporcione estabilidade e um crescimento saudável, por outro parece estar a transmitir-se à criança que qualquer adversidade no ambiente familiar poderá excluí-la daquele meio. A criança pode entrar num ciclo vicioso com evidentes e naturais efeitos devastadores para ela. O que se pretende com o apadrinhamento civil é, precisamente, retirar a criança de um ambiente que seja prejudicial ao seu desenvolvimento. Mas ao permitir-se a sua revogação está-se a colocar novamente a criança no ambiente do qual se quis retirá-la. Ou seja, regressa-se ao ponto de partida, sem perspectivas de poder alcançar o ponto de chegada.

A família é um lugar de afetos onde também há espaço para frustrações. As crianças crescem a saber lidar com as adversidades de um ambiente familiar, mas para aquelas que nunca ou praticamente nunca tiveram este contacto familiar torna-se mais difícil saber lidar com uma situação nova como esta. Salvo casos excepcionais, claro, talvez se devesse repensar a forma como é permitida a revogação.

2.3.2.2 Consequências

De acordo com o art. 27.º da LAC os efeitos do apadrinhamento cessam quando a decisão de revogação se torne definitiva, sem prejuízo do previsto no art. 26.º da LAC. Ou seja, os efeitos da revogação só cessam a partir da data em que a decisão judicial de revogação transite em julgado.

O recurso interposto da decisão de revogação tem necessariamente efeito suspensivo, não produz efeitos de imediato, visto que o preceito faz depender a sua cessação da efetiva exequibilidade de decisão de revogação (Ramião, 2011).

A revogação não tem de significar um corte na relação entre padrinhos e afilhado. O art. 26.º reconhece aos padrinhos um conjunto de direitos a exercer quando a revogação tenha sido contra a vontade dos mesmos, e sem culpa deles, salvo se se revelarem contrários ao superior interesse da criança.

Ou seja, a titularidade dos direitos consagrados no artigo *supra* aos ex-padrinhos dependem, cumulativamente, de três condições: manifestação de vontade contrária à

revogação; não terem para ela contribuído culposamente; e que o seu exercício não colida com os interesses do ex-afilhado.

Os interesses previstos no art. 26.º da LAC são os seguintes: saber o local de residência da criança ou jovem; dispor de uma forma de contactar a criança ou jovem; ser informado sobre o desenvolvimento integral da criança ou do jovem, a sua progressão escolar ou profissional, a ocorrência de factos particularmente relevantes ou de problemas graves, nomeadamente e saúde; receber com regularidade fotografias ou outro registo de imagem da criança ou do jovem; visitar a criança ou jovem, designadamente por ocasião de datas especialmente significativas.

Não se deve retirar aos padrinhos, enquanto responsáveis por aquela criança ou jovem, durante o tempo em que o apadrinhamento se manteve em vigor, a possibilidade de continuarem a acompanhar o projeto de vida da criança que eles próprios iniciaram. As ligações afetivas construídas entre os ex-padrinhos e o ex-afilhado devem ser respeitadas e acauteladas quando aqueles assim o desejem e desde que não se revelem prejudiciais aos interesses da criança ou do jovem.

Não é expectável que a relação afetiva estabelecida entre o afilhado e o padrinho se extinga pelo incumprimento de funções que competiam a este ou pela interrupção da coabitação em ambiente familiar (Ribeiro, 2015).

Ou seja, este entendimento serve também para os casos em que os padrinhos se divorciam ou se separam. Rui do Carmo admite que, em alguns casos, a rutura da relação existente entre os padrinhos pode dar origem à revogação ou, menos drasticamente, a procedimentos de reavaliação da situação. Caso os padrinhos optem pela segunda opção, e fazendo sentido a manutenção do instituto, é necessário que se regule o estabelecimento da relação futura entre o afilhado e o(s) padrinho(s). O autor defende a aplicação das normas respeitantes à regulação do exercício das responsabilidades parentais (n.º1 do art. 43.º do RGPTC) para clarificar estas situações (Do Carmo, 2016).

O juiz pode determinar oficiosamente a intervenção de serviços públicos ou privados de mediação, sempre que considere conveniente e com o consentimento dos interessados, ou a requerimento destes (art. 25.º, n.º6, da LAC). Tomé d'Almeida Ramião (2011) entende que esta (possível) intervenção, no âmbito do processo de

revogação, só fará sentido numa perspetiva de eventual manutenção do vínculo jurídico.

3. Apoio institucional

O apadrinhamento civil foi a primeira medida tutelar cível a beneficiar de apoio estatal, cujo objetivo passa por auxiliar os padrinhos diligenciando as condições essenciais ao sucesso da relação afetiva para proteção da criança ou jovem (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

A relação entre o padrinho e afilhado será devidamente acompanhada, antes⁴³ e depois da sua constituição, por uma autoridade competente com dois objetivos: por um lado, o de criar ou intensificar as condições necessárias para o êxito da relação de apadrinhamento e, por outro, avaliar o êxito da relação de apadrinhamento do ponto de vista do interesse do afilhado (Pinheiro, 2018) - art. 20.º, n.º1, da LAC.

A entidade competente para prestar este apoio irá variar consoante o local onde o processo correu termos. Ou seja, o apoio será prestado pelas comissões de proteção de crianças e jovens caso o processo que deu origem ao apadrinhamento civil aí tenha corrido seus termos ou ao organismo competente da SS (que pode delegar esta tarefa em instituições que disponham de meios para tal) nas mesmas condições (n.ºs 2 e 3). O que se pretende é tirar o máximo partido dos conhecimentos que estas entidades foram adquirindo, fruto do processo de acompanhamento da constituição desta relação afetiva.

Numa fase final, a transferência do processo para uma entidade diferente daquela onde este correu termos implicaria uma indesejável duplicação de esforços, pois a nova entidade responsável pelo apoio não estaria a par do caso concreto com o mesmo pormenor que a anterior (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

O apoio institucional tem uma duração limitada: não pode perdurar por mais de 18 meses, contados a partir da constituição do vínculo, podendo, no entanto, terminar antes daquele prazo se a entidade responsável emitir parecer favorável à integração

⁴³ “Naturalmente que esse apoio terá, também de ser concretizado antes da constituição jurídica do apadrinhamento, de modo a proporcionar a criação dos laços afectivos e facilitar a integração da criança ou jovem no agregado familiar do(s) padrinho(s), já que os padrinhos poderão ser designados de entre as pessoas habilitadas e constante da lista regional (art. 11.º/1), com quem a criança ou jovem não mantém qualquer ligação afectiva” (Ramião, 2011, p. 74).

familiar do afilhado (n.º 4). Dezoito meses corresponde ao período definido pela lei de proteção como período máximo de duração de uma medida de promoção e proteção. Entende-se que um apoio indefinido poderia comprometer a autonomia e privacidade das famílias, podendo mesmo ser considerado invasivo (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

O facto de a entidade que procede ao apoio ter legitimidade para, junto do Ministério Público, suscitar a revogação do apadrinhamento, leva Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro (2013) a considerarem que o apoio apenas faz sentido para avaliar o desenlace do apadrinhamento civil constituído, nomeadamente o seu carácter duradouro. Acrescentam ainda que “o acto de a intervenção obrigatória no seio da vida familiar (...), por uma entidade administrativa, só se justificar se tiver em conta a protecção dos direitos e interesses do afilhado; caso contrário, a norma violaria o artigo 8.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e, por esta via, seria inconstitucional, pelo artigo 8.º CRP” (p. 131-132). Concluem que o papel do apoio pós apadrinhamento é “aquele que melhor acautela a posição dos padrinhos civis que, tendo já sido declarados titulares de interesse relevante para o caso concreto, não podem, a partir da constituição do vínculo, ser afastados sem mais, surgindo (...) como verdadeiras partes no processo, com interesse relevante na causa e com interesses que não deixam de ter de ser atendidos, a par do interesse do afilhado” (p. 132).

A lei não especifica qual o tipo de apoio a prestar, designadamente se terá natureza pecuniária ou outra (Ramião, 2011).

4. Alargamento e Modificação

Quanto ao alargamento do vínculo afetivo inicialmente constituído, enquanto subsistir, não se pode admitir a constituição de um outro vínculo sobre a mesma criança ou jovem (art. 6.º da LAC), por deixar de ser possível cumprir com um dos propósitos do apadrinhamento que é a integração da criança/jovem num ambiente familiar estável.

Com esta norma estabelece-se o princípio da exclusividade do apadrinhamento ou, mais concretamente, o da não concomitância de apadrinhamentos (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

Todavia, um apadrinhamento civil inicialmente “singular” pode transformar-se, em momento posterior, num apadrinhamento “plural” (Guimarães, 2012). A pluralidade

diz respeito a uma pessoa que viva ou passe a viver em família com o padrinho/madrinha. Ou seja, aqui protegem-se os casos em que recaem sobre a criança ou jovem dois vínculos de apadrinhamento diferenciados e paralelos, fruto de situações em que o padrinho ou madrinha casou ou passou a viver em união de facto após constituição do vínculo de apadrinhamento (Leal et al., 2010).

O DL n.º 121/2010, de 27 de outubro, no seu art. 6.º, reforça esta ideia de apadrinhamento sucessivo, estabelecendo que o alargamento se limita “ao cônjuge ou à pessoa que viva em união de facto com quem tenha apadrinhado civilmente uma criança ou jovem, desde que efectuada a respectiva habilitação”. Contudo, o Observatório Permanente da Adopção (2011) vem esclarecer que o afilhado pode desejar um alargamento que se estenda a uma terceira pessoa que coabite com os padrinhos em situação de economia comum, e, segundo Rui do Carmo (2016) não existe na LAC qualquer impedimento a tal alargamento.

Tal alargamento só é possível se respeitador do superior interesse da criança e se o novo candidato a padrinho cumprir os requisitos legais de habilitação e tramitação do processo de constituição do vínculo.

Pode colocar-se a questão relativamente à necessidade de avaliação do membro da família que agora pretende que o vínculo lhe seja alargado a ele.

Catarina Dias (2017) defende que a resposta deve ser diferente consoante o membro se encontre ou não no agregado aquando da constituição do vínculo de apadrinhamento civil. Considera que a habilitação não é necessária quando a pessoa em causa já se encontre no agregado aquando da constituição do vínculo por já ter sido previamente avaliada no seio da família em que se insere. Na situação oposta não parece que se possa dispensar o processo de habilitação.

Já o cuidado pela proteção da criança ou jovem leva o Observatório Permanente da Adopção a entender que “o padrinho novo que vier juntar-se ao vínculo anterior tem de ser habilitado nos termos gerais. Não é pelo facto de se integrar a família de um padrinho, que se assume automaticamente o estatuto de padrinho” (2011, p. 96-97).

O respetivo procedimento de alargamento corre no processo em que foi constituída a relação de apadrinhamento inicial, por decisão ou homologação (art. 6.º, n.º2, do DL n.º 121/2010, de 27 de Outubro).

Quanto à possibilidade de se verificarem sucessivos apadrinhamentos pelo mesmo padrinho/madrinha a lei é omissa. Contudo, o Observatório Permanente da Adopção (2011) entende que tal seja possível, pois o apadrinhamento, embora tendencialmente perpétuo, pode extinguir-se, admitindo-se que um vínculo de apadrinhamento possa suceder a outro.

Quanto às modificações do conteúdo da relação jurídica inicialmente constituída estas podem servir para ampliar o espectro do exercício das responsabilidades parentais pelos pais, bem como para introduzir alterações no sentido oposto (Alfaiate e Ribeiro, 2013).

Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro (2013) consideram que, independentemente da fase do apadrinhamento civil constituído em que estejamos, podem os padrinhos ou a criança ou jovem e os pais sindicar, juntos do tribunal, respetivamente, a necessidade de limitar os direitos dos pais ou suscitar um alargamento dos mesmos, por não subsistirem os motivos que determinam o seu afastamento relativamente aos filhos.

Por fim, consideram que na ausência de normas especiais expressas deve ser aplicado o regime relativo às modificações da regulação das responsabilidades parentais, por entenderem estar-se perante situações similares àquelas (Alfaiate e Ribeiro, 2013).

5. Efeitos

5.1 Responsabilidades Parentais

Salvo disposição em contrário, a criança carece de capacidade genérica de exercício (art. 123.º do CC) pelo que, no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações, ela tem de ser representada pelos seus pais, na qualidade de titulares das responsabilidades parentais.

Todavia, as responsabilidades parentais não se cingem ao suprimento das incapacidades dos menores, englobando outras situações jurídicas, como o poder-dever de guarda, o dever de prover ao sustento e o poder-dever de dirigir a educação (Pinheiro, 2018).

Não podendo os pais representar os seus filhos, ou não tendo interesse ou condições para salvaguardar as restantes funções que lhes competem é necessário que

a titularidade daquelas responsabilidades sejam atribuídas a outras pessoas capazes de o fazer, no nosso caso, os padrinhos.

Esta é a razão pela qual o principal efeito deste instituto se centra na atribuição aos padrinhos do exercício destas responsabilidades parentais (art. 7º, n.º 1, da LAC), dissociadas de uma relação de consanguinidade (Pereira, 2018). Os padrinhos têm assim um papel em tudo semelhante aos dos pais e ocupam a posição destes no exercício das responsabilidades parentais. Aos afilhados cabe obediência aos padrinhos.

O conteúdo das responsabilidades parentais é estabelecido no compromisso de apadrinhamento homologado judicialmente ou na decisão judicial que determine a sua constituição. Assim, tanto o compromisso de apadrinhamento como a decisão judicial constituem o instrumento jurídico de prova fundamental desse exercício, pois é com base nele que se irá apurar o conteúdo e extensão desse exercício, isto é, em que termos os padrinhos exercem as responsabilidades (Ramião, 2011).

Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro (2013) são da opinião de que se deve interpretar restritivamente aquele artigo porque o exercício das responsabilidades parentais pertence apenas aos pais, uma vez que são estes os únicos sujeitos com capacidade jurídica para tal. Quando se fala em transferência das responsabilidades parentais, “fala-se na atribuição de faculdades que integram as responsabilidades parentais, mas não do direito em si, pois só aquelas é que integram o direito do padrinho” (Alfaiate e Ribeiro, 2013, p. 123). Todas as formas de suprimento da incapacidade dos pais para o exercício das responsabilidades parentais “são institutos sucedâneos, com conteúdo e poderes próprios, conferidos a terceiros, em nome da proteção do interesse público orientado para o instituto da representação da criança ou jovem no caso concreto” (Alfaiate e Ribeiro, 2013, p. 123).

Os pais mantêm, assim, “o direito objetivo de ser pais e a titularidade das responsabilidades que não sejam incompatíveis com os poderes atribuídos aos padrinhos” (Alfaiate e Ribeiro, 2013, p. 132). O remanescente atribuído aos pais irá depender da existência ou não de qualquer inibição ou limitação pré-existente ou a decidir.

Ao exercício das responsabilidades parentais pelos padrinhos são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as normas que regulam a tutela, ou seja, os arts. 1936.º a 1941.º do CC (art. 7.º, n.º2, da LAC). Assim, p. ex., os padrinhos estão proibidos de

praticar algumas ações e dependem da autorização do Ministério Público para outros atos, sob pena de nulidade ou outras sanções, salvo se utilizarem os rendimentos do afilhado para prover ao sustento e educação deste e para administrar os bens dele (Dias, 2012).

Os padrinhos, ao desempenharem as funções que normalmente cabem aos pais geram uma representação educativa e social semelhante à das figuras parentais (Pereira, 2018). Ao padrinho cabe decidir o melhor para a criança ou jovem.

Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro (2013) defendem que a legitimidade para o afastamento dos titulares das responsabilidades parentais em benefício de terceiros, neste caso os padrinhos, só se legitima nas situações em que os pais apresentem uma incapacidade continuada para o exercício das responsabilidades parentais, uma vez que o apadrinhamento civil é uma das medidas mais restritivas das limitações da capacidade daqueles.

As responsabilidades parentais devem ser entendidas como um poder/dever a exercer no interesse exclusivo do afilhado, com vista a assegurar a sua guarda, vigilância, auxílio, assistência, educação e administração de bens. Tomé d'Almeida Ramião considera que estamos perante um conjunto de poderes-deveres que competem aos pais relativamente à pessoa e bens do seu filho através de uma situação jurídica complexa (Ramião, 2011).

Contudo, o seu exercício pode ficar restringido quando se ponha em risco a segurança ou a saúde física ou psíquica da criança ou jovem. O superior interesse da criança é o limite inultrapassável que justifica que no compromisso homologado ou na decisão judicial se limitem os poderes atribuídos aos padrinhos ou a intromissão dos pais na vida da criança (art. 7.º da LAC).

Hugo Lança (2018) acredita que a proximidade entre os padrinhos e os pais e consequente atribuição de direitos àqueles, só se deveria justificar nos casos em que exista uma relação afetiva por consenso.

Para que esta relação se torne viável é importante que os principais intervenientes desta relação afetiva percebam o seu papel.

As crianças terão de compreender que, ao se ligarem aos padrinhos, não estão a quebrar os laços com os pais biológicos, não estão a ser ingratos ou desleais para com eles. Para além de que, a criança ou jovem, enquanto centro da relação afetiva, pode

ter um papel importante na criação de laços e elos de cooperação entre pais e padrinhos (Guerra et. al., 2009).

Os pais biológicos não deverão entender o apadrinhamento civil como uma forma de punição por terem colocado o filho em perigo, mas sim como uma oportunidade de apoio ao sustento e educação daquele, por não terem aqueles condições necessárias e suficientes para o fazer (Guerra et al., 2009). É importante enquanto forma de amar que aceitem que os seus filhos terão uma vida melhor não só com a presença dos padrinhos mas também com a sua presença através da cooperação com aqueles.

Quanto aos padrinhos é importante que estes aceitem exercer as responsabilidades parentais de uma criança que não é sua filha e que, para além disso, deseja manter a relação que tem com a sua família biológica (Alarcão, 2008).

Para tal também é importante que as entidades que podem tomar a iniciativa de propor o apadrinhamento civil e que se responsabilizam pelo apoio a prestar compreendam o papel relevante que podem ter na promoção da cooperação entre a criança, os pais biológicos e os padrinhos de forma a prevenir eventos de risco que tenham impacto negativo no desenvolvimento do vínculo de apadrinhamento (Preguiça, 2016).

Assim, o apadrinhamento civil também pode ser compreendido como “uma nova modalidade de exercício das responsabilidades parentais” (Preguiça, 2016, p. 11).

Questão pertinente, e que deveria ser resolvida na lei de apadrinhamento civil em caso de futura reforma, é a regulação do exercício das responsabilidades parentais quando haja rutura entre o casal que apadrinhou uma criança/jovem.

Rui do Carmo (2016) entende que a rutura da relação entre padrinhos (por separação ou divórcio) não pode representar unicamente a causa de revogação do apadrinhamento. Mas admite que em alguns casos possa representar motivo bastante para desencadear a revogação ou, em casos menos graves, possa provocar apenas a necessidade de uma reavaliação à luz do superior interesse da criança/jovem. Assim, na ausência de iniciativa ou de motivo suficiente para promover a revogação, e reunidas as condições para que o apadrinhamento prossiga devem ser aplicadas as normas relativas à regulação do exercício das responsabilidades parentais para determinar os termos em que possa ocorrer o relacionamento do afilhado com os padrinhos, conforme previsto

no art. 43.º, n.º1, do (RGPTC), salvo necessidade de se fazer alterações tendo em conta o regime do apadrinhamento civil (Do Carmo, 2016).

Encontram-se outros autores que são da mesma opinião. Exemplo disso é Cristina Dias (2012) que considera estar-se perante circunstâncias supervenientes que justificam tratar a situação de forma idêntica à da regulação do exercício das responsabilidades parentais devendo aplicar-se, analogicamente, as disposições legais respetivas.

Já Tomé d'Almeida Ramião (2011) considera que esta solução é totalmente inviável tendo em conta a natureza e finalidade do apadrinhamento civil. Mais acrescenta que o facto de não estar expressamente prevista aquela solução e o facto de o art. 25.º, n.º1, als. b) e c), preverem a revogação do vínculo de apadrinhamento (quando os padrinhos infringam culposa e reiteradamente os deveres assumidos com o apadrinhamento, em prejuízo do superior interesse do afilhado, ou o apadrinhamento civil colida com os interesses do afilhado) justifica que em caso de divórcio ou separação de facto dos padrinhos haja lugar à revogação do apadrinhamento, quer em relação à constituição do vínculo de um dos padrinhos, quer em relação a ambos.

Por fim, se os pais da criança ou do jovem tiverem falecido, se estiverem inibidos do exercício das responsabilidades parentais, ou se forem incógnitos são ainda aplicáveis, com as devidas adaptações, os arts. 1943.º e 1944.º do CC que determinam, respetivamente, a apresentação da relação de bens do menor e a prestação de contas⁴⁴. O cumprimento destas obrigações terá que ser feito no tribunal que proferiu a decisão de constituição do vínculo de apadrinhamento.

O exercício das responsabilidades parentais extingue-se nos mesmos termos em que termina na relação biológica, ou seja, com a maioridade da criança ou jovem ou com a sua emancipação, pois passam a ter plena capacidade de exercício dos seus direitos.

Todavia, se o papel dos padrinhos/madrinhas se esgotasse no exercício das responsabilidades parentais não fazia sentido que o vínculo fosse caracterizado pelo prolongamento para além da maioridade do afilhado (De Oliveira, 2019). O apadrinhamento civil produz ainda outros efeitos, tais como a obrigação de alimentos, o impedimento matrimonial e a atribuição de certos direitos aos pais e padrinhos.

⁴⁴ Ao contrário do que acontece na tutela em que estas obrigações são sempre exigidas.

5.2 Alimentos

Existe uma obrigação recíproca de alimentos entre os padrinhos e o afilhado – sinal de solidariedade familiar⁴⁵ - embora subsidiária.

Vejamos: os alimentos vêm regulados nos arts. 2003.º e s. do CC, entendendo-se por alimentos tudo aquilo que é indispensável ao sustento, habitação e vestuário. E o n.º2 daquele artigo acrescenta que no caso dos menores os alimentos compreendem ainda a sua instrução e educação.

As necessidades da criança ou jovem estão condicionadas por múltiplos fatores, nomeadamente a sua idade, saúde, necessidades educacionais e nível socioeconómico dos pais ou dos padrinhos. A prestação destes alimentos não se mede pelas estritas necessidades vitais da criança ou jovem, visa antes assegurar um nível de vida económico-social estável, próprio do seu gradual crescimento. Ou seja, em matéria de alimentos vigora o princípio da atualidade, pelo que os alimentos têm que corresponder às possibilidades do obrigado e às necessidades do alimentando no momento (Ramião, 2011).

Na LAC, no seu art. 21.º, vigora o princípio da subsidiariedade relativamente à obrigação de prestar de alimentos. Os padrinhos consideram-se ascendentes em 1.º grau do afilhado para efeitos da obrigação de lhe prestar alimentos, mas só se os seus pais não se encontrarem em condições de satisfazer esse encargo. O mesmo se passa em relação ao afilhado que é considerado descendente em 1.º grau dos padrinhos para o efeito da obrigação de lhes prestar alimentos, mas só se os filhos daqueles não reunirem condições de satisfazer esse encargo.

Ou seja, o legislador entendeu que a obrigação de prestar alimentos é, em primeiro lugar, da responsabilidade da relação de filiação, desde que estes tenham condições para assegurar essa obrigação. Em caso contrário, a título subsidiário, a responsabilidade por esta obrigação passa a ser da relação afetiva. Há, assim, uma precedência da relação de filiação em matéria de dever de prestar alimentos (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

⁴⁵ Proposta de Lei n.º 253/X

Assim se entende que o legislador pretendeu transpor para a LAC o regime previsto no CC, na medida em que declara que esta obrigação fica a cargo, em primeiro lugar, das relações de filiação, exceto se inexistentes as suas possibilidades económicas.

De forma a evitar eventuais conflitos, e em conformidade com o art. 16.º, al. f), os alimentos devidos pelos pais ao afilhado, se for o caso, devem constar obrigatoriamente no compromisso de apadrinhamento ou na decisão judicial.

Salvo disposição em contrário (estabelecida no compromisso de apadrinhamento), esta obrigação de alimentos cessa nos mesmos termos em que cessa a dos pais (n.º2 do artigo 24.º da LAC). Mas, e recorrendo ao art. 1880.º do CC, se o filho maior ou emancipado ainda não tiver concluído a sua formação profissional, a obrigação dos alimentos mantém-se até que a formação fique completa e desde que os pais tenham capacidade para assegurar tal obrigação.

5.3 Direitos

Nunca é demais repetir que esta medida tutelar cível pretende que os pais biológicos, embora não exerçam as responsabilidades parentais, continuem a participar no novo projeto de vida da criança ou jovem.

E para que possam continuar a manter contacto regular com a criança/jovem e a acompanhar o seu desenvolvimento, a lei atribui aos pais um conjunto mínimo de direitos que não deixam de lhes ser reconhecidos mesmo que aqueles não tenham dado o seu consentimento para a constituição do vínculo de apadrinhamento.

Estes direitos vêm previstos, de forma meramente exemplificativa («*designadamente*»), no art. 8.º da LAC: conhecer a identidade dos padrinhos; dispor de uma forma de contactar os padrinhos; saber o local de residência do filho; dispor de uma forma de contactar o filho; ser informados sobre o desenvolvimento integral do filho, a sua progressão escolar ou profissional, a ocorrência de factos particularmente relevantes ou de problemas graves, nomeadamente de saúde; receber com regularidade fotografias ou outro registo de imagem do filho; visitar o filho, nas condições fixadas no compromisso ou na decisão judicial, designadamente por ocasião de datas especialmente significativas.

Ainda assim, os direitos dos pais de contactarem com os filhos e de os visitarem podem ser restringidos, ou até mesmo excluídos, se, no exercício destes direitos, os pais

“ponham em risco a segurança ou a saúde física ou psíquica da criança ou do jovem ou comprometam o êxito da relação de apadrinhamento” (n.º2).

Estas restrições podem ser estabelecidas *ab initio* na decisão judicial (ou homologatória do compromisso) como posteriormente. Tudo dependerá da avaliação global de todos os fatores a ponderar no caso concreto (Ramião, 2011).

O Observatório Permanente da Adopção (2011) chama à atenção para o facto de estas restrições só se justificarem quando em causa estejam comportamentos parentais culpáveis, contemporâneos da relação de apadrinhamento (“no exercício desses direitos”). Ficam de fora os comportamentos dos pais que tenham posto em risco a criança/jovem em momento prévio à constituição do vínculo do apadrinhamento, mas já não os comportamentos adotados na vigência do apadrinhamento (Observatório Permanente da Adopção, 2011).

Ressalva-se ainda que os pais podem ser afastados quando a sua presença represente um obstáculo ou aumente os desafios no estabelecimento da relação entre o afilhado e os padrinhos, uma vez que no apadrinhamento é fundamental a criação de laços afetivos entre padrinhos e apadrinhados (Guimarães, 2012). Tomé d’Almeida Ramião (2011) partilha do mesmo ponto de vista⁴⁶.

Em suma, por um lado, salvo decisão judicial, os direitos previstos no n.º1 daquele artigo não podem ser restringidos, pois poderão representar uma “inaceitável alienação das responsabilidades parentais” (Alfaiate e Ribeiro, 2013, p. 132-133). Por outro lado, o alargamento daqueles direitos também tem limites, pois não pode desvirtuar a competência atribuída ao padrinho, enquanto responsável pela guarda e educação do afilhado (Alfaiate e Ribeiro, 2013).

Já os padrinhos assumem uma posição soberana relativamente à tomada de decisões relacionadas com o afilhado (Alfaiate e Ribeiro, 2013). O afilhado passa a integrar o agregado familiar do padrinho, beneficiando de proteção social e outros direitos sociais, como se de uma relação de filiação se tratasse, ficando para alguns efeitos em regime de equiparação (Ramião, 2011).

⁴⁶ “Justifica-se a restrição, porquanto a inibição teve por fundamento a verificação da incapacidade dos progenitores para o exercício das responsabilidades parentais, assente na modalidade mais grave, ou seja, na existência de culpa na violação dos deveres para com os filhos, com a consequente gravidade do prejuízo para estes (art.º 1915.º/1 do C. Civil)” (Ramião, 2011, p. 39).

Para que os padrinhos desempenhem corretamente as funções inerentes a este instituto também é necessário que lhe sejam atribuídos alguns direitos, como sejam: beneficiar do regime jurídico de faltas e licenças equiparado ao dos pais e dos filhos; beneficiar de prestações sociais nos mesmos termos dos pais e dos filhos; fazer-se acompanhar reciprocamente na assistência na doença, como se fossem pais e filho (art. 23.º da LAC). O n.º2 determina ainda que os padrinhos têm direito a considerar o afilhado como dependente para efeitos do disposto nos arts. 79.º, 82.º e 83.º do Código do IRS e a beneficiar do estatuto de dador de sangue. O n.º3 do artigo 23.º conclui ao consagrar que o afilhado beneficia das prestações de proteção nos encargos familiares e integra, para o efeito, o agregado familiar dos padrinhos.

Partilha-se da opinião de Maria Guimarães (2012) quando afirma que o estabelecimento de benefícios por parte do legislador ao padrinho, a nível fiscal, laboral e social, demonstra a consciência de que, muitas vezes, a falta destes reforços pode constituir um entrave à consumação do apadrinhamento. Por isso, as alterações realizadas ao Código do IRS pela LAC representam a concretização dessa consciência.

Muitos destes direitos, inicialmente não existentes, surgem como impulsionadores para que a sociedade pondere este instituto como alternativa. Tais direitos surgem como regalias sociais que facilitam a integração do afilhado no agregado familiar do padrinho (Ribeiro, 2015).

Tal como a obrigação de alimentos, os direitos atribuídos aos padrinhos cessam nos mesmos moldes em que os dos pais, salvo se tiver sido adicionada disposição diferente no compromisso homologado.

Imperativo será que as obrigações e direitos pertencentes a cada uma das partes fiquem devidamente definidos de forma a evitar eventuais conflitos. Isto porque apesar de o apadrinhamento civil ser definido como uma relação que se estabelece entre uma criança/jovem e uma pessoa singular ou uma família, este obriga a um relacionamento paralelo entre os padrinhos e os pais da criança ou jovem (Dias, 2012). O êxito desta relação afetiva fica dependente da cooperação entre pais e padrinhos, enquanto meio importante de comunicação. Exige-se um dever mútuo de respeito e de preservação da intimidade da vida privada e familiar, do bom nome e da reputação; além disso, devem cooperar na criação das condições adequadas ao bem-estar e desenvolvimento do

afilhado (art. 9.º da LAC). Os padrinhos não podem excluir absolutamente os pais que se mantêm presentes na memória do filho.

Por força do disposto no n.º3, do art. 8.º, entende-se que estes princípios são igualmente aplicáveis a outros familiares ou terceiros a quem tenham sido reconhecidos direitos relativamente à criança apadrinhado (Leal et al., 2010).

Os padrinhos devem incitar os pais a participar nas questões mais relevantes do filho. Em caso de colisão entre os ideais dos pais e dos padrinhos, o papel dos padrinhos enquanto cuidadores e representantes legais do afilhado passa pelo dever de tentar que os pais adiram ao projeto da criança ou jovem; não dando isso resultados cabe ao padrinho o dever de decisão (Alfaiate e Ribeiro, 2013).

A lei não prevê qualquer sanção para os casos em que os padrinhos não promovam esta cooperação com os pais do afilhado. A não ser em casos muito graves em que uma atuação unilateral e inesperada dos padrinhos justifique a revogação do apadrinhamento (art. 25.º, n.º1, al. b)) (Alfaiate e Ribeiro, 2013). O n.º6 deste artigo prevê ainda a possibilidade de o juiz, oficiosamente, determinar a intervenção dos serviços de mediação, se consentido pelas partes ou por elas requerido.

Tomé d'Almeida Ramião (2011) defende que o incumprimento pelos padrinhos do direito de visita dos progenitores em relação ao afilhado constituirá fundamento para a revogação do apadrinhamento civil, desde que esse comportamento diga respeito a uma infração culposa e reiterada dos deveres assumidos com o apadrinhamento, em prejuízo do superior interesse do afilhado.

Embora Cristina Dias (2012) admita que esta relação triangular seja de difícil transposição para a vida prática, ainda assim considera que o apadrinhamento civil depende dela e da cooperação entre as pessoas que a compõem. Claro que nas hipóteses em que os pais não tenham subscrito o compromisso de apadrinhamento não é expectável que cooperem para a criação de condições adequadas ao bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem (Ferreira, 2012).

Há trabalho a realizar com a família biológica e com os padrinhos com o objetivo de evitar eventuais conflitos e rivalidades que possam vir a comprometer o desenvolvimento saudável da criança e o ambiente destes diferentes sistemas familiares (Alarcão, 2008). Contudo, mesmo que a criança viva habitualmente com os padrinhos não se lhe deve negar o contacto com a família biológica quando possa ser benéfico para

ela, mesmo que os pais careçam das devidas condições sociais e psicológicas para manter uma relação estável e duradoura com ela (Alarcão, 2008).

No seguimento dos princípios que devem orientar as relações entre pais e padrinhos não é demais reafirmar que, quer os pais, quer os padrinhos civis têm o dever de respeitar e zelar pela intimidade da vida privada do afilhado. O facto de se estar perante uma criança ou jovem mais vulnerável não significa que se proceda à retirada da sua autonomia (Guimarães, 2012).

5.4 Impedimento matrimonial

Segundo o art. 22.º da LAC o vínculo de apadrinhamento civil constitui um impedimento à celebração de casamento entre padrinhos e afilhados.

A matéria dos impedimentos matrimoniais redireciona-nos para o CC, mais concretamente para os seus arts. 1600.º e s.. A regra é a de que todos têm capacidade para contrair casamento, exceto aqueles em relação aos quais se verifique algum dos impedimentos matrimoniais previstos na lei.

O CC distingue dois tipos de impedimentos: os dirimentes⁴⁷ (arts. 1601.º e 1602.º) e os impedientes⁴⁸ (art. 1604.º). O que os distingue são as consequências aquando da celebração matrimonial com o impedimento em causa. Ao passo que nos casamentos celebrados com um impedimento dirimente a sanção é a da anulabilidade, num casamento celebrado com um impedimento impediente a sanção será de outra natureza e menos severa que aquela⁴⁹.

Este aspeto jurídico do apadrinhamento civil tem sido um dos mais criticados porque, segundo o art. 22.º da LAC, o impedimento é apenas impediente. Isto significa

⁴⁷ Os impedimentos dirimentes dividem-se em absolutos e relativos. Segundo o art. 1601.º do CC os impedimentos dirimentes absolutos são: a idade inferior a 16 anos; a demência notória e a existência de um casamento não dissolvido. Já segundo o art. 1602.º do mesmo código são impedimentos dirimentes relativos: o parentesco na linha reta; a relação anterior de responsabilidades parentais; o parentesco no segundo grau da linha colateral; a afinidade na linha reta; a condenação anterior de um dos nubentes, como autor ou cúmplice, por homicídio doloso, ainda que não consumado, contra o cônjuge do outro.

⁴⁸ Os impedimentos impedientes são, segundo o art. 1604.º do CC: a falta de autorização dos pais ou do tutor para o casamento do nubente menor, quando não suprida pelo conservador do registo civil; o prazo internupcial; o parentesco no terceiro grau da linha colateral; o vínculo de tutela, acompanhamento de maior ou administração legal de bens; a pronúncia do nubente pelo crime de homicídio doloso, ainda que não consumado, contra o cônjuge do outro, enquanto não houver despronúncia ou absolvição por decisão passada em julgado. Para além destes existem outros impedimentos impedientes dispersos em leis especiais, como é o caso da LAC.

⁴⁹ Arts. 1649.º e 1650.º do CC.

que, por um lado, se impede a celebração do casamento entre afilhado e padrinho, mas, por outro, pode o conservador do registo civil permitir a dispensa do impedimento nos casos em que se encontrem motivos sérios que admitam a sua celebração. Para tal, sempre que possível, são ouvidos os pais do nubente quando este seja menor (n.º2).

Quando o casamento seja celebrado sem dispensa pelo conservador aplica-se a sanção de invalidade prevista no n.º3, que desencadeará a impossibilidade de receber quaisquer benefícios do seu consorte por doação ou testamento. Pretende-se assim obstar a que alguém celebre um acordo com o único propósito de ganhar vantagens patrimoniais.

Dada a incompatibilidade entre a relação de apadrinhamento e a relação conjugal, prevalece esta última, ainda que o casamento tenha sido contraído sem dispensa do impedimento de apadrinhamento. O casamento é, assim, válido.

Contudo, estando a idade mínima do padrinho estabelecida no art. 4.º (25 anos) e a máxima do afilhado no art. 5.º (18 anos), ambos da LAC, conclui-se que só é possível o casamento entre padrinho maior e afilhado menor.

Havendo esta abertura à celebração de casamento entre sujeitos que são partes numa relação de apadrinhamento, uma relação baseada no afeto poderá desencadear uma confusão relativamente ao papel atribuído a este instituto e, consequentemente, o papel atribuído às partes.

Maria Margarida Silva Pereira critica esta abertura da lei, alertando para a possibilidade de alteração. Embora o exercício das responsabilidades parentais a exercer pelo/a padrinho/madrinha se dissocie de uma relação de consanguinidade, este gera uma imagem parental que é inconciliável com a imagem de uma relação matrimonial (Pereira, 2018).

Hugo Cunha Lança (2018) partilha do mesmo entendimento, realçando a ideia de que a nova redação do art. 1602.º do CC⁵⁰ revogou tacitamente o art. 22.º da LAC, num sentido que lhe parece merecer aclamação.

⁵⁰ “São também dirimentes, obstando ao casamento entre si das pessoas a quem respeitam, os impedimentos seguintes:

(...)

b) A relação anterior de responsabilidades parentais;

(...)”

6. Motivos de insucesso

Hugo Lança justifica a desnecessidade do instituto como a razão do seu fracasso, por considerar que o apadrinhamento veio chocar com outros institutos já existentes no ordenamento português, igualmente protetores das crianças. E que, por isso, não terá vindo a responder a uma carência pré-existente no Direito das crianças, em Portugal, a não ser que exista algum obstáculo à constituição daqueles institutos (Lança, 2018).

Não esquece ainda de mencionar como razão adicional para o seu fracasso a proximidade entre os pais e padrinhos quando o apadrinhamento civil seja constituído por decisão judicial porque “se o efeito jurídico pretendido com o apadrinhamento civil é a atribuição do exercício da autoridade parental aos padrinhos (art. 7.º, da referida lei [LAC]), esta estranha dialética entre pais, padrinhos e tribunal, sujeita os padrinhos a um amplo conjunto de limitações previstas no compromisso de apadrinhamento civil ou na decisão judicial pouco fecunda que repele os candidatos” (Lança, 2018, p. 64).

Cristina Dias (2012) destaca vários pontos que considera serem entraves à constituição do apadrinhamento.

Em primeiro lugar, começa por fazer referência ao processo de habilitação a que os padrinhos ficam sujeitos. Visto que se se for atender à pretensão do legislador em transpor para o apadrinhamento civil o mesmo processo de avaliação dos candidatos à adoção tal implicará um processo mais moroso que poderá pôr em causa a aplicação célere daquele instituto que se pretendia menos exigente que a adoção (restrita). Conclui alertando para o prazo estabelecido no art. 4.º do DL n.º 121/2010 cujo objetivo é a simplificação da atuação dos organismos competentes através da resposta à candidatura num período de seis meses contados a partir da data de entrega da ficha de candidatura.

Em segundo lugar, tal como afirma Hugo Lança, tem-se a relação expectável que se pretende que exista entre pais e padrinhos que devem cooperar na criação de condições adequadas ao bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem. A autora concorda que o êxito da relação de apadrinhamento civil depende do bom entendimento e da cooperação entre pais e padrinhos. No entanto, não esquece que o padrinho passa a ser o titular das responsabilidades parentais do afilhado que vê naquele uma referência paternal. Motivo pelo qual se exige aos intervenientes desta

relação um esforço adicional de coordenação para o exercício dos seus direitos e cumprimento das suas obrigações.

Em terceiro lugar, destaca o facto de a constituição da relação de apadrinhamento ter ficado somente a cargo do tribunal e não em paralelo com o Ministério Público como estava primeiramente previsto no art. 14.º da Proposta de Lei nº 253/X.

Maria Isabel Pastor (2014) realça que a resistência a este instituto se deve a uma fraca campanha de sensibilização e propaganda de informação que combatam o sentimento de ineficácia da medida. Na entrevista concedida no âmbito deste trabalho reforçou a ideia anteriormente defendida de pouca divulgação do instituto, alertando para o facto de as pessoas não terem, ainda hoje, noção das potencialidades do apadrinhamento civil enquanto enriquecimento para todos os intervenientes: pais, padrinhos e afilhado que beneficiará de um apoio consistente baseado no afeto.

Referiu ainda a necessidade de realização de uma campanha para a criação de uma cultura diferente no que toca à função de parentalidade. É necessário que haja uma mudança na mentalidade das pessoas para que possam compreender que existem mais e diversificadas formas de exercer a parentalidade, que vão para além da filiação e da adoção.

Quando confrontada com o papel da manutenção da relação que se pretende manter entre os pais e filho, Maria Isabel Pastor chamou à colação os novos desenvolvimentos na lei da adoção⁵¹. Atualmente, o juiz pode decretar na sentença, se tal corresponder ao interesse do adotado, a manutenção de qualquer tipo de contacto entre o adotado e as pessoas de referência, designadamente no caso da separação de fratrias. Mas nada impede que o juiz determine a manutenção do contacto com outra pessoa de referência que não os irmãos do adotado. Revelou, *inclusive*, que tinha em mãos um caso em que acontecia precisamente isso: o juiz determinou que o adotado mantivesse algum tipo de contacto com a mãe biológica que terá consentido na adoção.

Francisco Pamplona Corte-Real e José Silva Pereira veem no apadrinhamento civil um instituto que “difícilmente vingará na prática” (2011, p. 47), porque tal como na adoção restrita também este cria situações de desigualdade filial. Mais criticam o art.

⁵¹ Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro.

26.º da LAC nomeadamente nos casos em que a revogação se dá por desinteresse do afilhado. Finalmente consideram que se revelará difícil a integração dos afilhados com menos idade no seio familiar dos padrinhos.

Ana Gonçalves (2012) conclui a sua tese alertando para os problemas práticos que podem advir da coexistência da relação biológica com a relação de apadrinhamento, enquanto motivo da fraca expressão deste instituto. Mais entende que a falta de apoio financeiro pode ser um fator também negativo à constituição de um vínculo afetivo, porquanto se os pais pensam duas vezes em ter filhos, mais reservas poderão ter em ter afilhados.

7. Natureza Jurídica

O Apadrinhamento Civil caracteriza-se como a relação jurídica de carácter tendencialmente permanente, que se constitui por intervenção estatal (o tribunal, que decide ou homologa o compromisso de apadrinhamento) e que se extingue, ou por morte das partes, ou por decisão judicial de revogação. Ambos os atos estão sujeitos a registo civil obrigatório.

A natureza jurídica do apadrinhamento civil é um dos aspetos que mais divide a doutrina. Por um lado, alguns autores consideram estar-se perante uma relação familiar a par das elencadas no art. 1576.º do CC e, por isso, devia alargar-se o âmbito deste artigo. Em oposição, outros autores são da opinião de que se está perante uma relação parafamiliar ou, para quem assim prefira chamar, quase familiar.

Rui do Carmo afirma que a família é uma “realidade polimórfica” (2016, p. 199), cujo conceito não é definido na lei.

A lei é omissa quanto à apresentação de uma noção de relação jurídica familiar. Em vez disso, o art. 1576.º do CC enumera aquilo que qualifica como “fontes das relações familiares”: o casamento, o parentesco, a afinidade e a adoção.

Os autores Maria Margarida Silva Pereira (2018) e Jorge Duarte Pinheiro (2018) entendem que tal norma é infeliz, por considerarem que só o casamento e a adoção representam fontes de relações familiares, ou seja, formas de originar relações familiares. O parentesco e a afinidade são já relações familiares.

É a existência ou não de um ato de vontade, um ato estatal ou equivalente, que distingue, respetivamente, a fonte da relação familiar da relação familiar propriamente dita.

As relações familiares, segundo Maria Margarida Silva Pereira (2018), determinam os direitos e as obrigações que ligam as pessoas pelo facto de pertencerem a uma família e variam de acordo com a posição ou estado que o sujeito possua (Pereira, 2018).

A doutrina dominante entende que não existem mais relações jurídicas familiares para além das enumeradas no art. 1576.º do CC. Porém, a restante doutrina entende que este artigo é meramente exemplificativo, podendo cair no seu âmbito outro tipo de relações jurídicas familiares.

A circunscrição do conceito de relação jurídica familiar é de todo importante para que se possa delimitar as relações parafamiliares, enquanto semelhantes daquelas.

A Proposta de Lei n.º 253/X desenhava já o apadrinhamento civil enquanto uma relação parafamiliar, que não pretendia ascender a um vínculo semelhante ao da filiação e cujos laços com a família biológica não se cortariam.

E muitos são os autores que partilham da mesma opinião. Vejamos.

Maria Margarida Silva Pereira (no prelo) defende não se estar no domínio das relações familiares pelo motivo de o padrinho civil poder sempre, no seu interesse, e só de acordo com ele, pôr fim ao apadrinhamento, nos termos do art. 25.º da LAC (como já *supra* analisado). Mais acrescenta que o legislador, ao assumir a possibilidade de os interesses dos padrinhos prevalecerem sobre os interesses do afilhado, não se coaduna com a materialização de uma relação familiar (v.g., alínea e)).

Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro (2013) são defensores do apadrinhamento civil enquanto relação parafamiliar, ainda que prefiram a expressão “quase-familiar”. É através desta relação que a criança ou jovem é transferida para o agregado familiar do padrinho (Alfaiate e Ribeiro, 2013) que passa a exercer os poderes que, normalmente, são concedidos aos pais (Alfaiate, 2014).

O contexto em que esta figura surge, os efeitos que produz e o facto de não se ter alargado o art. 1576.º do CC a esta relação leva a crer que se deva alargar o âmbito das situações associadas às relações jurídicas parafamiliares. Para além disso, o apadrinhamento civil é mais do que um simples instituto de suprimimento de incapacidade

por menoridade da criança ou jovem, por assentar num vínculo solidário, que se pretende duradouro para lá da maioridade (Alfaiate e Ribeiro, 2013).

Guilherme de Oliveira (2019) acrescenta que, ainda que os padrinhos substituam os pais no exercício das responsabilidades parentais, a verdade é que não se pretende equiparar o apadrinhamento à relação parental, até porque na maioria dos casos será simultânea a existência de vínculos biológicos e de vínculos afetivos.

O autor não se esquece ainda de referir a forma incorreta como alguns autores desvalorizam o elenco previsto no art. 1576.º do CC, que, na opinião daqueles, não tem lugar para o apadrinhamento civil (De Oliveira, 2019).

Isabel Maria Pastor, quando questionada no âmbito do presente trabalho sobre a natureza jurídica do apadrinhamento, afirma tratar-se de uma relação jurídica parafamiliar, próxima das relações familiares também elas assentes no afeto.

Já Rui do Carmo (2016) considera que o apadrinhamento civil faz parte das relações familiares porque este instituto, e em consonância com a posição de Jorge Duarte Pinheiro (2018), depende de uma intervenção estatal para a sua constituição e revogação; a sua duração ultrapassa o período de menoridade do afilhado e o seu objetivo é, mais uma vez, o da integração familiar do afilhado junto dos padrinhos.

Jorge Duarte Pinheiro (2018), todavia, acrescenta que o apadrinhamento civil não é apenas mais uma relação familiar, mas sim uma nova relação familiar *inominada*, a par das nominadas⁵².

8. Direito comparado

A figura do apadrinhamento civil encontra semelhanças com figuras de outros ordenamentos jurídicos, como Reino Unido e Brasil.

No Reino Unido, existe o instituto *Special Guardianship* que terá servido de inspiração para os responsáveis pela criação do apadrinhamento civil.

No Brasil, tem-se, para além de outros tipos de apadrinhamento, o *Apadrinhamento Afetivo* que é o que mais se assemelha ao instituto português e que se inspirou neste *inclusive*.

⁵² Para Jorge Duarte Pinheiro, são relações parafamiliares: a união de facto, a convivência em economia comum e a tutela (Pinheiro, 2018).

Estes institutos, embora diferentes entre si, têm em comum o objetivo de proteger as crianças ou jovens desprovidos de um ambiente familiar estável. O que se pretende é dar à criança a possibilidade de construir um futuro melhor.

8.1 Special Guardianship

A *Special Guardianship*, que em português se traduz por Guarda Especial, foi introduzida pela *Adoption and Children Act 2002* e implementada no Reino Unido a 31 de dezembro de 2005 [Harwin et al., 2019].

Como *supra* referido, a *Special Guardianship* serviu de fonte de inspiração para a criação do apadrinhamento civil.

À época da sua criação, a rutura dos laços biológicos entre os pais biológicos e a criança nos casos de adoção representavam uma preocupação no Reino Unido, nomeadamente quando em causa estavam crianças com mais idade⁵³.

A necessidade de encontrar soluções que protegessem este conjunto de crianças, cujo histórico familiar estava bem presente, obrigou a que fossem encontradas novas respostas protetoras dos seus interesses, nomeadamente a manutenção do contacto com os pais. E é neste seguimento que surge a *Special Guardianship*, enquanto instituto alternativo, mas não substituto, da adoção (Herring, 2009).

Assim, a *special guardianship* aplicar-se-á aos casos em que existam razões que justifiquem a necessidade de a criança querer manter os laços com a família biológica, ou até mesmo àqueles casos de crianças provenientes de contextos com tradições culturais muito enraizadas e incompatíveis com outro instituto (p. ex. a adoção).

A sua constituição é promovida através de uma ordem – a *special guardianship order* - decretada pelo Tribunal de Família competente para o caso em concreto, que nomeia uma ou mais pessoas para serem o *special guardian* de uma criança ou jovem. O *special guardian* tem de ter, no mínimo, 18 anos⁵⁴ e não pode ser nem o pai, nem a mãe biológica da criança.

⁵³ “Cedo se aperceberam as autoridades que havia situações em que a quebra total de relacionamento das crianças entregues à responsabilidade de uma outra família não se adequavam, nem ao seu perfil de desenvolvimento, nem às circunstâncias da realidade familiar de origem, o que determinava explorar a possibilidade de um regime intermédio, ou seja, menos radical do que a adoção, mas permitindo em todo o caso o exercício das responsabilidades parentais pela nova família” (Pereira, no prelo, p. 28).

⁵⁴ O limite mínimo de idade estabelecido no Reino Unido é inferior ao nosso (que se mantém nos 25 anos).

O objetivo da *Special Guardianship* é equivalente ao do apadrinhamento civil: o que se pretende é a construção de uma base sólida sob a qual se possa construir um relacionamento permanente e estável entre a criança e o *special guardian*, preservando, consequentemente, a relação entre a criança e os pais biológicos.

Ao *special guardian* é atribuído o exercício das responsabilidades parentais da criança ou jovem que devem ser partilhadas com os pais biológicos. No entanto, e ainda que estes continuem a ser, legalmente, os pais da criança, veem os seus poderes-deveres limitados.

O *special guardian* exerce as responsabilidades parentais em detrimento de qualquer outra pessoa com responsabilidades parentais sobre a criança, salvo se existir um outro *special guardian*. Com exceção dos casos em que a lei exige o consentimento de mais do que uma pessoa com responsabilidades parentais (p. ex., a esterilização de uma criança) (Department for Education, 2017). O *special guardian* fica responsável por tomar todas as decisões inerentes ao dia-a-dia da criança ou jovem, incluindo as respeitantes à sua educação.

O objetivo é atribuir ao *special guardian* um nível de responsabilidade mais elevado do que aquele que é deixado aos seus pais biológicos, razão pela qual lhe é atribuído um conjunto de direitos que pertenciam a estes, ainda que com limitações. P. ex., o *special guardian* não pode alterar o sobrenome da criança, não pode deslocá-la ao estrangeiro por um período superior a três meses, nem dar o seu consentimento para que seja adotada, salvo se existir um acordo, por escrito, entre todas as pessoas com responsabilidades parentais sobre a criança, ou se o tribunal tiver dado o seu consentimento.

Como *supra* referido, o *special guardian* não pode ser nem a mãe, nem o pai biológico da criança em questão. Mas, ao contrário do que acontece no apadrinhamento civil, em que pode ser apadrinhada uma criança que não tenha qualquer tipo de ligação prévia com o padrinho, na *special guardianship* só pode ser nomeado um *special guardian* que tenha uma prévia ligação com a criança em causa.

As pessoas, com idade superior a 18 anos, a quem se atribui legitimidade para pedir uma *special guardianship order* são: o *guardian* de uma criança; pessoa que tenha a seu favor uma ordem de residência - "*residence order*" -; pessoa que tenha o consentimento de todos aqueles com uma ordem de residência ou com

responsabilidades parentais; pessoa com quem a criança tenha vivido por três dos cinco anos anteriores desde que tenha o consentimento da pessoa com responsabilidades parentais ou da autoridade local (se a criança estiver ao seu cuidado); autoridade local com quem a criança tenha vivido por um período de um ano (Herring, 2018).

Para além da lista *supra*, ainda se atribui legitimidade a qualquer pessoa, desde que tenha a permissão do tribunal (Herring, 2018).

Fora estas pessoas há ainda a possibilidade de o tribunal constituir esta relação por decisão *ex officio*, mesmo que tal pedido não tenha sido feito. No entanto, tal só se verificará nos casos em que a criança já se encontre sujeita a um procedimento judicial de cariz familiar e o Tribunal entenda que esta medida é mais vantajosa e adequada para ela.

É importante focar o estudo deste instituto neste aspeto porque, diferentemente do que acontece em Portugal, os tribunais ingleses podem, por iniciativa própria, determinar qual a medida a aplicar para maximizar o bem-estar da criança. Ou seja, a escolha do tribunal, de entre todas as medidas possíveis para o caso em concreto, irá recair sobre a medida que melhor acautela o superior interesse da criança. Importa é que o juiz clarifique as diferenças entre as medidas que ponderou e as razões que o levaram a optar por essa medida. O tribunal tem sempre de deixar sempre claro o motivo pelo qual opta por uma medida em detrimento de uma outra.

Mesmo que não tenha sido feito qualquer pedido em especial para que fosse decretada a *special guardianship*, mas sim outra medida diferente desta, o tribunal pode optar por aquela sempre que assim o entenda. O critério fundamental que auxiliará o tribunal a optar por uma medida em detrimento de qualquer outra requerida ou possível é o bem-estar da criança ou jovem.

Maria Margarida Silva Pereira (no prelo) afirma que em Portugal a opção de adotar ou de apadrinhar civilmente uma criança são decisões autónomas. A autora acrescenta que no Reino Unido cabe ao tribunal decidir qual o regime a aplicar, independentemente da escolha dos requerentes, enquanto que em Portugal o Tribunal decide, positiva ou negativamente, em função do pedido do requerente.

A emissão da *special guardianship order* está dependente de um relatório a apresentar ao tribunal, cuja responsabilidade de elaboração cabe à entidade local competente. A apresentação deste relatório é crucial e obrigatória em todos os casos

em que a *special guardian* esteja a ser ponderada (Bedingfield). O seu conteúdo recairá, entre outras coisas, sobre a adequação do requerente para ser *special guardian* e sobre a relação estabelecida entre os pais e o *special guardian* e a relação destes com a criança.

As entidades locais competentes são, ainda, obrigadas a tomar providências para o fornecimento de serviços de apoio, que abrangem o aconselhamento e a prestação de informações e outros serviços, incluindo apoio financeiro. Só beneficiarão deste apoio as pessoas que dele necessitem depois de feita uma avaliação por aquelas entidades.

A *special guardianship* também pode ser revogada através de um pedido a apresentar ao tribunal. No entanto, é necessária a autorização do tribunal para que o pedido de revogação possa ser feito (Herring, 2018).

As pessoas com legitimidade para pedir a revogação ou a modificação da medida são: o *special guardian*, a criança, os pais biológicos, a autoridade local responsável ou ainda as restantes pessoas com legitimidade para pedir a aplicação da *special guardianship* (Gonçalves, 2012).

8.2 Apadrinhamento Afetivo

O apadrinhamento no Brasil terá tido origem no Projeto de lei do Senado Federal n.º 171/2013, que delimita a sua noção legal enquanto “situação jurídica de quem voluntariamente assume o dever de sustento de criança ou adolescente” (Alves, Silva e Alves, 2017).

Esta lei subdivide o apadrinhamento em dois tipos: por um lado, o apadrinhamento total em que o padrinho assume integralmente o dever de sustento da criança ou jovem, quer a nível material (p. ex., doação de roupas, de produtos de higiene, material escolar), quer a nível financeiro (p. ex., pagamento de exames médicos, de tratamentos, educação); e, por outro lado, o apadrinhamento parcial em que o padrinho assume a obrigação de prestar contribuições mensais ou bens e serviços a favor da criança ou jovem, tendo em conta a sua área de trabalho ou interesse.

O apadrinhamento total parece corresponder àquilo que no ordenamento jurídico brasileiro se denomina de Apadrinhamento Provedor ou Financeiro e o apadrinhamento parcial parece corresponder ao Apadrinhamento Prestador de Serviços.

Estes dois tipos de apadrinhamento não estabelecem como finalidade última uma vinculação afetiva entre padrinhos e afilhados, ainda que a mesma possa coexistir. Abrangem essencialmente pessoas que desejem contribuir para estas instituições, beneficiando, conseqüentemente, as crianças e jovens que nelas residem, mas que não dispõem de tempo para prestar atenção afetiva a estas crianças.

O principal objetivo deste projeto foi o de fornecer um suporte consistente a pensar no futuro das crianças aquando da sua saída dos abrigos⁵⁵. Tal é conseguido através da atenção dada às necessidades emocionais e materiais destas crianças e da sua convivência com um grupo familiar, contribuindo de forma positiva para o seu desenvolvimento a vários níveis (Freitas, 2018).

Tal como o que acontece em Portugal, também no Brasil as probabilidades de uma criança ou jovem com mais idade virem a ser adotadas são reduzidas. Por isso, e de forma a combater a delonga da institucionalização que priva estas crianças de uma convivência familiar e comunitária, surgiu o Apadrinhamento Afetivo.

“Quando meninos e meninas vivem em instituições de acolhimento, sem perspectivas de encontrarem um lar para chamar de seu, o apadrinhamento afetivo surge como um belo gesto de cidadania, de compromisso com o aqui e agora, de prestígio a algo maior, que sempre é bom para todos, o afeto, afeto sincero e transformador – que transforma a dor!” (Martins, 2017).

O caráter impessoal característico das instituições, em que as crianças ou jovens não têm qualquer tipo de referência familiar nem nenhum vínculo afetivo para além do que têm com as entidades responsáveis pelos abrigos, pode causar graves problemas no desenvolvimento humano daquelas crianças por se gerar um sentimento de solidão, de abandono e tristeza (Soares, 2015). A importância deste instituto passa por restabelecer a confiança e auto estima desta criança ou jovem que permaneceu durante muito tempo na instituição.

Com o apadrinhamento afetivo o que se pretende é a construção e posterior manutenção de vínculos afetivos, individualizados e duradouros, entre as crianças e/ou jovens e os padrinhos através do desenvolvimento de estratégias e ações responsáveis

⁵⁵ Terminologia utilizada no Brasil para designar instituições de acolhimento.

por ampliar a rede de apoio afetivo, social e comunitário para além do abrigo (Instituto Fazendo História, 2019).

Os padrinhos passam a representar uma referência familiar e comunitária para a criança. Os padrinhos dão à criança ou jovem a oportunidade de receberem apoio e atenção individualizada enquanto se encontram em instituições e mesmo após a sua saída. Para além disso, têm ainda a oportunidade de participar e fazer parte do quotidiano dos padrinhos (Preguiça, 2016).

A relação que se cria entre o padrinho e a criança é uma relação apenas afetiva e não jurídica, motivo pelo qual a guarda da criança continua a pertencer à instituição de acolhimento em que esta se encontra. A instituição continua a ser responsável por tomar todas as decisões do processo da criança ou jovem. Ainda assim os padrinhos assumem a responsabilidade e o compromisso de manter o vínculo com os apadrinhados, que já sofreram com a rejeição da sua família de origem (Freitas, 2018).

O objetivo primordial é criar e estimular a manutenção de vínculos afetivos, ampliando as oportunidades de convivência familiar e comunitária, incutindo à criança hábitos familiares. E, enquanto no apadrinhamento civil o objetivo principal é evitar a institucionalização de crianças, no apadrinhamento afetivo o objetivo é atenuar os problemas psicológicos que possam advir da institucionalização de uma criança (Soares, 2015).

O padrinho torna-se uma referência familiar e afetiva para a criança, o que lhe dá a oportunidade de experienciar o ambiente familiar de que foi privado.

O apadrinhamento afetivo tem um âmbito de aplicação mais restrito que o apadrinhamento civil, porque o primeiro abrange apenas crianças e adolescentes que se encontrem institucionalizados, não existindo qualquer perspectiva de adoção e de reintegração numa família. O apadrinhamento civil, como *supra* analisado, abrange, para além de crianças e jovens institucionalizados, crianças e jovens em perigo.

O apadrinhamento civil difere do apadrinhamento afetivo porque este último apresenta um aspeto mais imaterial. Ou seja, embora o apadrinhamento civil também tenha repercussões imateriais, o mesmo não se foca neste aspeto. O seu objetivo passa pela promoção afetiva e emocional, cujo foco está na desinstitucionalização da criança (Chaves, 2012).

Outra diferença entre estes dois tipos de apadrinhamento, e *supra* referida também, prende-se com a titularidade da guarda da criança. Enquanto que no apadrinhamento afetivo a guarda da criança continua a pertencer à instituição de acolhimento, sendo que esta é a responsável pela criança - e não o padrinho -, no apadrinhamento civil o padrinho fica responsável pelo exercício das responsabilidades parentais da criança, tornando-se o responsável por tomar as decisões do dia-a-dia da criança. Não obstante, no apadrinhamento afetivo a criança participa no quotidiano da família do padrinho⁵⁶.

E, embora o apadrinhamento afetivo tenha ínsita a ideia de durabilidade do vínculo afetivo, não existe nenhuma garantia do seu carácter definitivo. Para além de que o facto de não se estabelecer qualquer relação jurídica entre os envolvidos não seja abonatório. No seguimento deste entendimento, existem autores brasileiros que se inspiram no regime do apadrinhamento civil por expressar a ideia da permanência do vínculo (Alves, Silva e Alves, 2017).

No Brasil, discute-se a possibilidade de conversão do apadrinhamento afetivo em adoção, enquanto opção familiar mais efetiva (Freitas, 2018). Nomeadamente nos casos de crianças que passam a conviver e a dividir a realidade familiar com os padrinhos e cuja opção pela adoção se revela inviável por se tratar de uma adoção tardia (Alves, Silva e Alves, 2017). Nestas situações há a considerar que é a reciprocidade na relação entre padrinhos e afilhados que pode despoletar a consciência de este vínculo afetivo fazer mais sentido enquanto vínculo adotivo. Ou seja, para ambas as partes a vivência deste vínculo pode desconstruir os preconceitos e obstáculos de ambas as partes (padrinhos e afilhados) em relação à adoção tardia. Nestes casos, quando se considera que o apadrinhamento afetivo “possui também a capacidade de atuar como condutor ao processo de adoção, o seu mérito se agiganta” (Freitas, 2018, p. 25).

Em Portugal, esta discussão nem se coloca a partir do momento em que a LAC determina que não podem ser apadrinhadas crianças ou jovens cujo projeto de vida passe pela adoção. O apadrinhamento civil é subsidiário à adoção⁵⁷.

⁵⁶ Os padrinhos podem, entre outras coisas, fazer visitas, promover passeios, comemorar datas especiais e gozar das férias escolares da criança ou jovem.

⁵⁷ “O apadrinhamento civil não é um “atalho para a adoção” porque as crianças que estão em condições de ser adoptadas – e que os candidatos esperam – não serão encaminhadas para o apadrinhamento civil” (De Oliveira, 2008, p. 39).

O programa de apadrinhamento afetivo ainda não tem regulamentação federal pelo que não existe a obrigação da sua implementação em todas as Varas da Infância e da Juventude⁵⁸ (Freitas, 2018). Ainda assim o art. 1.º do Provimento n.º 40/2015 determina que tais Varas deverão, sempre que possível, estabelecer nas suas comarcas os programas de apadrinhamento afetivo.

A sua criação e consequente regulamentação está dependente de parcerias estabelecidas entre organizações da sociedade civil, Varas da Infância e Juventude, Ministério Público e instituições responsáveis pelo acolhimento das crianças e jovens (Instituto Fazendo História, 2017).

Também neste aspeto é feita uma ponte com o ordenamento jurídico português. Diferentemente do que acontece no Brasil, em Portugal existe uma Lei, a LAC, que disciplina de forma uniforme todo o instituto do apadrinhamento civil. No Brasil, é reconhecida a necessidade de criação de uma lei específica para regulamentar o apadrinhamento afetivo, enquanto medida para uniformizar e para prever de forma expressa a durabilidade da relação estabelecida (Alves, Silva e Alves, 2017).

Está-se perante crianças ou jovens que se encontram em instituições, cuja estrutura psicológica, moral e afetiva se encontre fragilizada, causada pelo abandono ou por outras situações. Deve evitar-se que estas crianças passem novamente por uma situação igual ou semelhante aquelas.

8.3 Discussão

Poderia pensar-se em trazer à colação do Apadrinhamento Civil algumas das características dos institutos anteriormente descritos como forma de o aperfeiçoar e, consequentemente, impulsionar a sua utilização.

Como *supra* referido, no Reino Unido a opção pela aplicação da *special guardianship* pode ficar a cargo da avaliação que o tribunal faça da situação em concreto. Ou seja, ainda que as partes optem pela adoção, p. ex., pode o tribunal considerar que a *special guardianship* acautela melhor o bem-estar da criança e, por isso, aplicar esta medida ao invés da adoção. Em Portugal, a tomada de decisão não

⁵⁸Na ordem jurídica brasileira tem-se dois tipos de justiças: a comum e a especializada. A justiça comum subdivide-se em competência estadual e federal. Por sua vez, a competência estadual divide-se em razão da matéria. E é nesta que se insere as Varas do Juízo de Infância e Juventude.

funciona da mesma maneira. As partes optam por uma determinada medida e o tribunal decide pela negativa ou pela positiva em relação a essa medida.

Se fosse transplantada para Portugal esta característica do instituto do Reino Unido talvez se assistisse a um aumento da aplicação do apadrinhamento civil, dado que o tribunal teria a oportunidade de aplicar uma outra medida ao invés da pretendida pelos sujeitos em causa. No entanto, é necessário que os aplicadores desta medida estejam cientes do seu conhecimento para considerar que para o caso em concreto o apadrinhamento civil é o instituto que melhor acautela o superior interesse da criança.

Já relativamente ao apadrinhamento afetivo, no Brasil a possibilidade de conversão deste em adoção também se poderia revelar benéfico tipicamente para os casos de crianças mais velhas com poucas chances de virem a ser adotadas e que acabam por estabelecer uma relação recíproca com os padrinhos. E o mesmo se verificaria em Portugal. Tal iria permitir que crianças cuja adoção já se revelava impossível ou remota pudessem voltar a ter uma oportunidade de viver um ambiente familiar.

Mas não nos fiquemos apenas pelos casos das adoções tardias. Esta conversão também se poderia revelar benéfica nos casos em que estamos perante crianças ou jovens com algum tipo de deficiência, perturbação ou doença de natureza diversa e nos casos em que estamos perante fratrias. É sabido que nestas situações existe uma maior retração por parte da sociedade.

No entanto, em Portugal está expressamente proibida a aplicação do apadrinhamento civil a crianças ou jovens que se encontrem numa situação concreta de verificação dos pressupostos da confiança com vista a futura adoção. A adoção continua a revelar-se o melhor projeto de vida para a criança ou jovem, tendo em conta o seu caráter tendencialmente definitivo e irreversível.

E ainda que considere que tal conversão fosse benéfica em alguns casos também se reconhece a difícil tarefa de avaliar e distinguir os candidatos que efetivamente quisessem a aplicação do apadrinhamento e os candidatos que vissem aquele como um meio secundário para atingir um determinado fim (a adoção).

CONCLUSÃO

O Observatório Permanente da Adopção (2011) referiu em tempos que as leis só mostram o que valem no momento da sua aplicação e Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro (2013) acrescentam que todas as novidades precisam de tempo para serem acolhidas, no sentido de se tornarem visíveis.

Passaram sensivelmente nove anos desde que a LAC entrou em vigor, tempo suficiente para que o apadrinhamento civil tivesse ganho maior expressão. Embora os números tenham vindo a crescer (*supra* Tabela 2), com exceção do ano de 2018, tal não se tem revelado de forma significativa, motivo pelo qual é importante refletir sobre o assunto e descortinar as razões que de certa forma distanciam a sociedade de optar por este instituto.

O tema do Apadrinhamento Civil surge no seguimento das aulas abordadas de Direito da Família e dos Menores em que se constata a existência de um instituto cujo objetivo é a proteção das crianças e jovens desprovidas de um meio familiar mas que não tem despoletado o interesse da Sociedade. Está-se perante uma medida desconhecida da doutrina e da jurisprudência e não experimentada pelas famílias (Guimarães, 2012).

O desconhecido incitou a curiosidade da estagiária para aprofundar o estudo desta temática e, consequentemente, conhecer as razões apontadas para a fraca adesão do instituto em Portugal.

Mas não só. A necessidade de experienciar a vida prática em que o direito se desenvolve aliou-se à curiosidade de analisar o trabalho desenvolvido no mundo da advocacia, nomeadamente, no que respeita à proteção das crianças e investigar de que forma podem os advogados contribuir para a progresso do apadrinhamento civil.

O contacto com os problemas reais, concretos, das crianças revelou-se essencial para que se percebesse a necessidade iminente que estas crianças têm de ser protegidas. No que toca aos envolvidos é sempre sobre a criança que recai o maior prejuízo. O desrespeito pelo seu superior interesse obriga a que haja uma intervenção ativa na defesa dos seus interesses e procura de mais e melhores soluções para evitar

consequências maiores. É aqui que os profissionais de direito, como os advogados, podem desempenhar um papel fundamental em prol da proteção das crianças.

A realização do estágio aliada ao desenvolvimento do presente trabalho permitiu que fosse conhecida toda a insolvência do apadrinhamento civil no mundo do real, foi possível fazer uma avaliação global da aplicação do instituto e conhecer as demais opiniões e pontos de vista da doutrina, bem como de outras entidades com um papel fundamental neste instituto.

Como se anteviu, no decorrer do estágio não houve contacto com o instituto incitando a estagiária a escrutinar as razões pelas quais os advogados, enquanto aplicadores e promotores do direito, não desempenham um papel ativo neste instituto.

Não desvalorizando o papel importante das restantes entidades competentes envolvidas para o sucesso deste instituto não se vê razão para que não seja feita uma reflexão acerca deste aspeto.

A intervenção dos advogados podia ser benéfica a vários níveis. Em primeiro lugar, enquanto promotores e divulgadores do apadrinhamento quando tivessem conhecimento de situações que se encaixassem no âmbito deste instituto. Em segundo lugar, enquanto conciliadores dos interesses em colisão ou de eventuais discórdias que possam surgir no decorrer do instituto e em que as partes pretendam ver os seus interesses protegidos. Enquanto instituto que zela pelo compromisso de todos os intervenientes mais se adensa o papel do advogado.

À criança com idade superior a 12 anos é-lhe dada a possibilidade de recorrer a um patrono quando, por sua iniciativa, queira dar início a um processo de apadrinhamento. No entanto, a LAC não faz qualquer tipo de referência semelhante àquela nem em nome dos pais biológicos nem em nome dos eventuais candidatos a padrinhos. Nestes casos, os advogados poderiam assumir um papel importante na divulgação do instituto, nomeadamente quando tenham perante si clientes que procurem encontrar soluções para crianças desprovidas de um meio familiar. Ou até mesmo quando tenham conhecimento de situações em que se torna possível sugerir o apadrinhamento civil como um projeto de vida para a criança em concreto.

Se devidamente informados, os advogados poderiam surgir como fio condutor para a aplicação do apadrinhamento civil. Os seus clientes e demais cidadãos acreditam

no poder da sua palavra, pelo que a informação por eles veiculada terá um peso significativo na tomada de decisão.

Por fim, não se ignora a possibilidade de repartição de tarefas entre as entidades competentes para o sucesso desta relação afetiva e os advogados com o objetivo de dar vazão ao trabalho das primeiras que normalmente se encontram sobrecarregadas de trabalho.

E porque é que é importante que sejam movidos todos os esforços para incentivar à aplicação do Apadrinhamento Civil?

O apadrinhamento civil surge no ordenamento jurídico português enquanto novo passo dado no Direito da Família e dos Menores.

Revogada a adoção restrita, motivo da fraca expressão que teve entre a população, e dado o número de crianças e jovens institucionalizadas, tornou-se necessário repensar numa nova medida que protegesse as crianças ao abrigo daquela medida revogada, assim como evitar que a instituição prolongada represente um projeto de vida para algumas crianças. Não vai de acordo com os ideais do Estado português deixar desprotegidas estas crianças.

O sadio desenvolvimento das crianças e jovens, quer a nível psíquico, emocional, social, educacional e mesmo material, deve ser prosseguido no seio de um ambiente familiar, preferencialmente junto da família biológica (Leal et al., 2010) (arts. 9.º/1 e 20.º/3 da Convenção de Direitos da Criança e arts. 36.º/6 e 69.º/2 CRP). Este é um dos direitos fundamentais das crianças ou jovens ao qual se deve atribuir relevância e deve sempre zelar-se pela sua efetivação para que aquelas possam crescer em situação de igualdade com os pares, rodeadas de amor e carinho.

Deve sempre ser avaliada a possibilidade de a criança ou jovem, num futuro próximo, ficar com a sua família biológica. No entanto, se tal não se revelar possível urge a necessidade de encontrar outros projetos de vida, diferentes do acolhimento em instituições, para a criança ou jovem que ficou privada de um ambiente familiar. O objetivo é precisamente o de lhes atribuir uma figura parental de referência enquanto base firme para que possam crescer de forma segura e saudável.

Se a atribuição de um ambiente familiar se revelar compatível com a manutenção do contacto com a família biológica da criança em causa então deve ser esta a solução a preferir. No entanto, como limite temos o superior interesse da criança.

Se os interesses da criança ou jovem forem postos em causa com a manutenção do contacto com a família biológica então deve evitar conservar-se essa vivência entre a criança e os pais biológicos.

A evolução do apadrinhamento civil pode passar tão-somente pela sua propagação através da intervenção de uma política ativa de divulgação e esclarecimento, mas também pela análise dos casos ilegíveis para esta medida (Do Carmo, 2016). Só assim será possível conquistar a adesão dos cidadãos.

Mas não só. O Estado para além de ser responsável pela criação de medidas com vista à proteção destas crianças também deve responsabilizar-se por repensar as já existentes e avaliar o motivo pelo qual algumas destas medidas não têm tido a adesão que se esperava aquando da sua criação. Que é o caso do apadrinhamento civil.

Há sempre espaço para melhorar e aperfeiçoar as medidas já existentes no ordenamento jurídico. E o apadrinhamento civil não é exceção.

Ao longo do presente trabalho são realçadas possíveis alterações ao regime jurídico do apadrinhamento civil com o intuito de incentivar e promover a sua aplicação.

Para além da referência ao possível papel que os advogados podem ter na aplicação do instituto, foram feitas alusões a duas medidas implementadas em ordenamentos jurídicos estrangeiros. Embora estas medidas se distanciem do instituto do apadrinhamento civil (nomeadamente o Apadrinhamento Afetivo) apresentam características semelhantes com aquele. No entanto, a proteção das crianças ou jovens privadas do ambiente familiar é um objetivo transversal a todas estas medidas.

Em primeiro lugar, ressaltou-se a possibilidade de “transportar” para Portugal uma característica da *special guardianship*. No Reino Unido a opção por uma determinada medida (adoção ou *special guardianship*) para o caso em concreto fica a cargo do tribunal. O tribunal decide independentemente da medida que se queira ver aplicada tendo em conta o bem-estar da criança. Em Portugal a decisão do tribunal cinge-se a uma resposta negativa ou positiva relativamente à medida que se quer ver aplicada ao caso em concreto - as decisões (de adotar ou de apadrinhar) são autónomas e não coincidentes num mesmo processo. As partes optando por requerer uma determinada medida estão a cingir o tribunal a decidir apenas sobre essa medida. O tribunal não decide sobre outra eventual medida que possa existir para o caso em concreto.

Em segundo lugar, e fazendo referência à discussão existente no Brasil, importa avaliar uma possível conversão do apadrinhamento civil em adoção nas situações que o justifiquem. Estas situações abrangem as crianças e jovens de mais idade, ou com deficiências, ou perturbações a vários níveis que dificilmente seriam adotadas. Se no decorrer do apadrinhamento civil estas crianças/jovens e os padrinhos criarem uma relação de tal modo forte que incentive os padrinhos a procurar um projeto de vida mais seguro para o afilhado talvez não seja despicienda a ideia de conversão do apadrinhamento civil em adoção. No entanto, esta possibilidade teria de ser analisada ao pormenor e teria de ser feita sob condições rígidas para afastar eventuais falsos candidatos ao apadrinhamento civil.

É essencial discutir o instituto do apadrinhamento civil. É importante não deixar que esta medida caia no esquecimento dos responsáveis pela proteção das crianças e que se vá consciencializando a população de forma contínua porque o apadrinhamento civil pode efetivamente ser “a solução” para muitas crianças carecidas de amor e carinho e que têm direito a um lar para um futuro mais próspero.

Mas para além de se chamar à atenção da sociedade também se deve consciencializar os técnicos que assumem um papel importante na aplicação do apadrinhamento. Deve promover-se sessões de informação e formações de especialização acerca do instituto, sugerir estudos sobre a perceção dos profissionais e da sociedade sobre o conhecimento desta medida para que se perceba com maior exatidão o que pode estar a falhar, pois só ouvindo os intervenientes e os beneficiários é que se tornará possível compreender realmente em que ponto se encontra o apadrinhamento.

É relevante para o processo de evolução do instituto que as entidades responsáveis pela aplicação do apadrinhamento civil compreendam não apenas as suas potencialidades, mas também as suas fragilidades. Deve-se consciencializar estes profissionais de que o apadrinhamento civil pode constituir uma medida com capacidade para ajudar famílias, incluindo as crianças ou jovens, contrariando a ideia de que é uma solução aplicável somente em último recurso, quando não existem outras opções (Alarcão, 2008). A criança, nestes casos, ao mesmo tempo que é enquadrada num novo ambiente familiar, continua a beneficiar da manutenção dos laços que tenha com os seus pais (Guerra, 2009).

O objetivo último é o de minorar o sofrimento destas crianças ou jovens e de lhes proporcionar um ambiente familiar estável e com perspectivas de construção de um futuro melhor em condições de igualdade com as restantes. E embora esta lei não represente uma solução para todas as crianças não significa que desmereça atenção. O importante é que se consiga fazer já diferença na vida de algumas destas crianças.

A criança tem o direito de crescer num ambiente familiar seguro e saudável, rodeado de afeto, do qual façam parte pessoas que possam dela cuidar.

A descrição dos casos reais no capítulo I demonstra a realidade a que se encontra sujeito o apadrinhamento civil. E ainda que não tenha havido oportunidade para escutinar mais casos em que o instituto tenha sido aplicado, é possível denotar o âmbito alargado de casos de crianças desamparadas que o apadrinhamento civil pode abranger e, consequentemente, proteger.

O futuro pertence às crianças, motivo pelo qual é imprescindível garantir a sua proteção e assegurar a igualdade de oportunidades. O apadrinhamento civil deve ser olhado como uma solução para o projeto de vida das crianças que caibam no seu âmbito, garantindo a proteção dos seus interesses. Urge informar sobre o seu potencial e zelar pela sua aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA. VV. 6.ª Bienal de Jurisprudência. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, pp. 15-47. ISBN: 978-972-32-2242-5.

ALARCÃO, Madalena. Incumprimento da parentalidade, comprometimento dos vínculos afetivos próprios da filiação e adoção. *Revista do Ministério Público*. Outubro-Dezembro 2008, n.º 116, pp. 121-131.

ALFAIATE, Ana Rita, e G. R. RIBEIRO. Reflexões a propósito do apadrinhamento civil. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*. 2013, n.º 1, pp. 117 - 142.

ALFAIATE, Ana Rita. Apadrinhamento civil – aspectos essenciais do seu regime jurídico. In: Manuel MATIAS e Mauro PAULINO [Coord.]. *A criança no processo de adoção - Realidades, desafios e mudanças*. Primebooks, 2014, pp. 89-100. ISBN: 9789896552046. [consult. 27 jun 2019] Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/handle/11328/2187>

ALVES, Emilly da Silva, SILVA, Rayane Félix, e ALVES, Adriana Torres. Apadrinhamento afetivo: a imprescindibilidade normativa do programa como forma de assegurar o vínculo afetivo criado. *Anais CONIDIF* [Em linha]. 2017, vol. 1. ISSN: 2594-763X. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conidif/trabalhos/TRABALHO_EV082_MD_1_SA4_ID107_16072017193234.pdf?fbclid=IwAR39bqCF2pISz6fl8B6CjUbHZVEYXUxrS5A7hRHMI32plbvNttZ68ylhoRs

BEDINGFIELD, David. Adoption or Special Guardianship? The Impact of Re S, Re AJ and Re M-J. In: *Family Law Week* [Em linha]. [consult. 9 jun 2019] Disponível em: <https://www.familylawweek.co.uk/site.aspx?i=ed563>

CHAVES, J. F. S. O Apadrinhamento Civil: Possibilidades de implementação em Portugal e no Brasil. *Revista Vozes dos Vales*. Outubro 2012, n.º 2, [consult. 5 jun 2019]. ISSN:

2238-6424.

Disponível

em:

http://site.ufvim.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2012/10/O-Apadrinhamento-Civil.pdf?fbclid=IwAR1mhzc4yYbKhDf9MnVUitPw8FcGBGS5wcUL_yEYReyFRuiOt19cHBQ4Y8

CORTE-REAL, Francisco Pamplona e José Silva PEREIRA. *Direito da Família – Tópicos para uma Reflexão Crítica*. 2.ª edição atualizada. Lisboa: AAFDL, 2011. ISBN: 9780000054272.

DE OLIVEIRA, Guilherme. *Adoção e Apadrinhamento Civil*. Petrony Editora, 2019. ISBN: 9789726852797.

DE OLIVEIRA, Guilherme. Apadrinhamento civil: uma iniciativa portuguesa, com certeza. *Revista do Advogado*. Dezembro 2008, n.º 101, pp. 37-46.

DEPARTMENT FOR EDUCATION. *Special guardianship guidance - Statutory guidance for local authorities on the Special Guardianship Regulations 2005 (as amended by the Special Guardianship (Amendment) Regulations 2016)* [Em linha]. January 2017 [consult. 12 jun 2019]. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/656593/Special_guardianship_statutory_guidance.pdf

DIAS, Catarina Miranda Soares da Costa. *A Competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e Comparação com a Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais a Favor de Terceiro e com a Adoção Restrita*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2017. Relatório de estágio de mestrado.

DIAS, Cristina Araújo. Algumas notas em torno do regime jurídico do apadrinhamento civil. In Luís Couto, GONÇALVES. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 161 a 195.

DO CARMO, Rui. Apadrinhamento Civil - Um recomeço?. In: Paulo, Guerra. *I Congresso de Direito da Família e das Crianças*. Coimbra: Almedina, 2016, 197-213.

FERREIRA, Maria Elisabete. Algumas notas sobre o regime jurídico do apadrinhamento civil. In Luís Couto, GONÇALVES. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 411 - 424.

FREITAS, J. C. O Apadrinhamento Afetivo como Caminho para a Adoção. *Caderno IEP/MPRJ* [Em linha]. Junho 2018, vol. 1, n.º 1 [consult. 11 Jun 2019]. Disponível em: http://iep.mprj.mp.br/documents/221399/353479/O_Apadrinhamento_Aeftivo_Juceli_a_Freitas_Caderno_IEP_MPRJ_Junho_2018.pdf

GONÇALVES, Ana Sofia Aresta Timóteo Dias. *Apadrinhamento Civil*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado.

GUERRA, Paulo, CHIQUELHO, Catarina, GRAÇA, Ricardo, NERO, Inês, CARDOSO, Daniela e SILVA, Isabel. Apadrinhamento Civil. *Boletim da Associação Sindical dos Juizes*. Dez 2009, série VI, n.º2, pp. 173-181.

GUERRA, Paulo. Em tom de prefácio. In: Elisete, DIOGO. *Ser família de acolhimento de crianças em Portugal: motivações e experiências*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018, pp. 11-16.

GUIMARÃES, Maria Raquel. O novo regime português do «apadrinhamento civil» (Lei nº 103-2009, de 11 de Setembro). In Luís Couto, GONÇALVES. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 479-497.

HARWIN, Judith, ALROUH, Bachar, GOLDING, Lily, MCQUARRIE, Tricia, BROADHURST, Karen, e CUSWORTH, Linda. *The contribution of supervision orders and special guardianship to children's lives and family justice* [Em linha]. March 2019 [consult. 4 jun 2019]. Disponível em: https://www.cfj-lancaster.org.uk/app/nuffield/files-module/local/documents/HARWIN_SO_SGO_FinalReport_V2.1_19Mar2019.pdf

HERRING, Jonathan. *Family Law*. 7th edition. Harlow: Pearson Education Limited, 2018.

Disponível em:

https://books.google.pt/books?id=zWxiDwAAQBAJ&pg=PT146&lpg=PT146&dq=special+guardianship+jonathan+herring&source=bl&ots=yGTpNHye5d&sig=ACfU3U00c5FUx1j_42GzivOpZBmKTxmCLQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwiwgvPo9e3hAhXaVBUIHa_yCqQQ6AEwAXoECAUQAQ#v=onepage&q=special%20guardianship%20jonathan%20herring&f=false

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. Fundamentos do Apadrinhamento Afetivo. In: *Apadrinhamento Afetivo – Guia de implementação e gestão* [Em linha]. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2017, pp. 13-38 [consult. 8 jun 2019]. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/59ca3630f7e0ab63a2a35c43/1506424421295/Apadrinhamento+guia_web.pdf

LANÇA, Hugo Cunha. *Cartografia do Direito das Famílias, Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Edições Sílabo, 2018. ISBN: 978-972-618-939-8.

LEAL, Ana Teresa, Felicidade D'OLIVEIRA, Helena Gomes de MELO, João Vasconcelos RAPOSO, Luís Baptista CARVALHO, e Manuel do Carmo BARGADO. II – Apadrinhamento Civil. In: *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*. 2.^a edição. Lisboa: Quid Juris, 2010, pp. 225-255. ISBN: 978-972-724-540-6.

MACEDO, Dina, MARTINHO, Fátima, SIMÕES, Helena e OLIVEIRA, Vasco. *CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* [Em linha]. Instituto da Segurança Social, I.P., 2018 [consult. 9 jun 2019]. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/16000247/Relatorio_CASA_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9

MARTINS, Dora. Prefácio. In: INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. *Apadrinhamento Afetivo – Guia de implementação e gestão* [Em linha]. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2017, pp. 2-3 [consult. 10 jun 2019]. Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/59ca3630f7e0ab63a2a35c43/1506424421295/Apadrinhamento+guia_web.pdf

OBSERVATÓRIO PERMANENTE DA ADOÇÃO. *Regime Jurídico do Apadrinhamento civil – Anotado*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. ISBN: 978-972-32-1921-0.

PASTOR, Isabel. Apadrinhamento civil – constrangimentos, virtualidades e consolidação do instituto. In: CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS. *A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança Tomo II* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014, pp. 151-163. ISBN: 978-972-9122-81-1. [consult. 2 fev 2019]. Disponível em: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Tutela_Civel_Superior_Interesse_Crianca_Tomoll.pdf

PEREIRA, Maria Margarida Silva. *Direito da Família*. 2.ª edição. Lisboa: AAFDL Editora, 2018. ISBN: 978-972-629-241-8.

PEREIRA, Maria Margarida Silva. *Temas de Direito da Família e Sucessões*. Lisboa: AAFDL Editora (no prelo).

PINHEIRO, Jorge Duarte. *O Direito da Família Contemporâneo*. 6.ª edição. Lisboa: AAFDL Editora, 2018. ISBN: 978-972-629-248-7.

PREGUIÇA, Micaela dos Santos. *A figura jurídica do Apadrinhamento Civil*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2016. Dissertação de mestrado. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/18435/1/Pregui%C3%A7a_2016.pdf

RAMIÃO, Tomé D' Almeida. *Apadrinhamento Civil - Anotado e Comentado*. Lisboa: Quid Juris, 2011. ISBN: 978-972-724-543-7.

RAMIÃO, Tomé D' Almeida. *Regime Geral do Processo Tutelar Cível - Anotado e Comentado*. 3.ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2018. ISBN: 978-972-724-792-9.

RIBEIRO, Diana Catarina Cunha. *Apadrinhamento Civil*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015. Dissertação de mestrado. Disponível em:

SOARES, Bárbara. *Apadrinhamento Afetivo*. Assis: Fundação Educacional do Município de Assis do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2015. Monografia de curso. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/argTccs/1111400826.pdf>

SOTTOMAYOR, Maria Clara. A situação das mulheres e das crianças 25 anos após a Reforma de 1997. In: FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004, pp. 75-174.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. *Temas de Direito das Crianças*. Coimbra: Almedina, 2014, ISBN: 9789724055886.